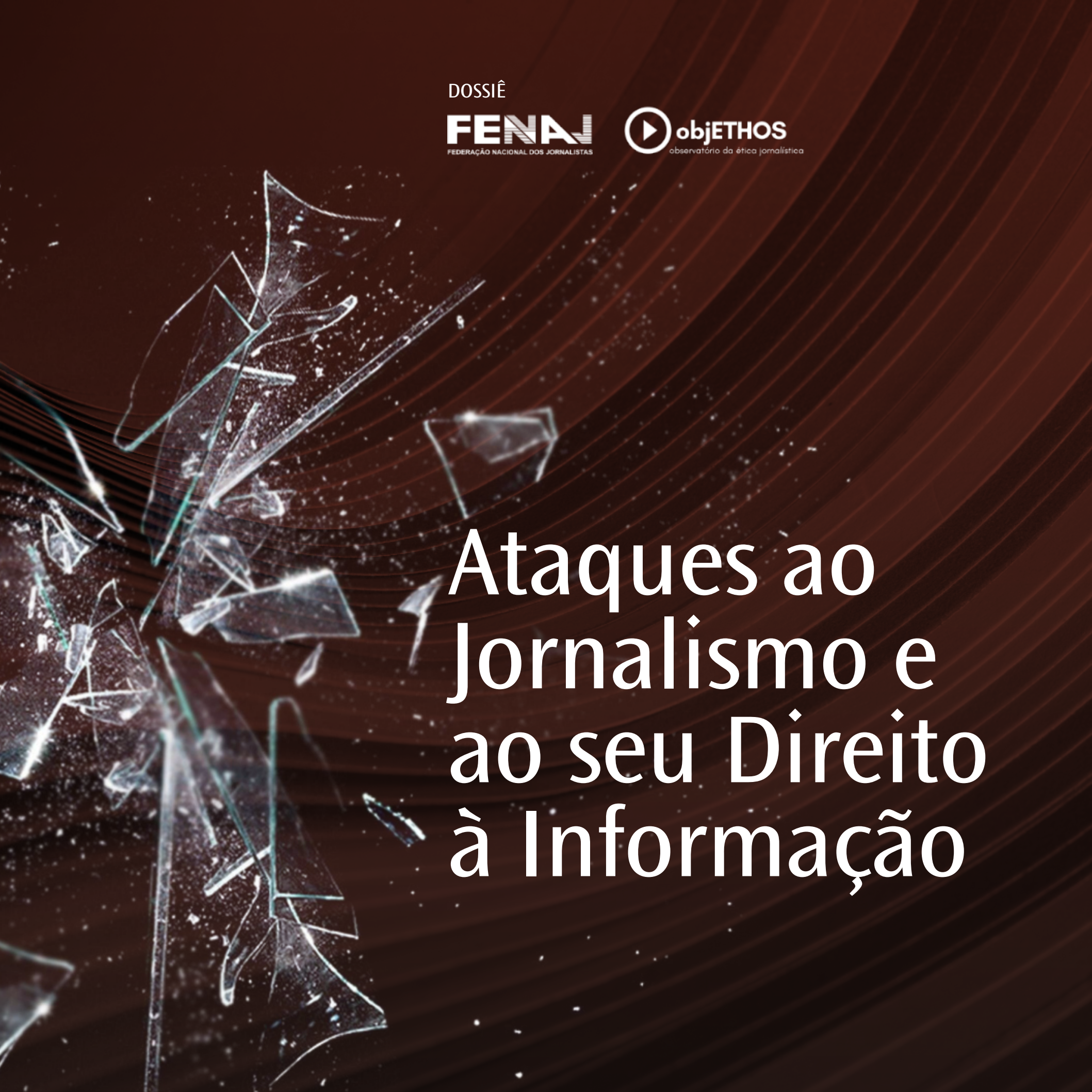


DOSSIÊ

FENAJ
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

 **objETHOS**
observatório da ética jornalística



Ataques ao Jornalismo e ao seu Direito à Informação

Ataques ao Jornalismo e ao seu Direito à Informação é uma publicação da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e do Observatório da Ética Jornalística (objETHOS) da Universidade Federal de Santa Catarina, produzido como marco ao Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, celebrado em 3 de maio de 2022.

O dossiê é de distribuição gratuita, dirigido a todos os públicos, e está sob licença *Creative Commons CC BY-NC*, que permite que se distribua, altere e modifique o conteúdo para uso não-comercial, desde que as fontes – FENAJ e objETHOS – sejam citadas.

Supervisão editorial:

Rogério Christofolletti
Samuel Pantoja Lima
Maria José Braga

Pesquisa, entrevistas e redação:

Alisson Coelho
Janara Nicoletti
Rogério Christofolletti
Samuel Pantoja Lima

Revisão e apoio de produção:

Dairan Mathias Paul
Mariane Nava
Raphaella Batista

Projeto gráfico e diagramação:

Cesar Valente

Ilustrações:

Frank Maia

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina

D724 Dossiê FENAJ-objETHOS [recurso eletrônico] : ataques ao jornalismo e ao seu direito à informação / Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), Observatório da Ética Jornalística (objETHOS) da Universidade Federal de Santa Catarina. – Florianópolis : UFSC, 2022.
41 p. : il.

E-book (PDF)

ISBN 978-85-8328-089-7

1. Jornalistas – Crimes contra. 2. Liberdade de imprensa. 3. Violência no ambiente de trabalho. 4. Assédio no ambiente de trabalho. 5. Direito à informação. 6. Ética jornalística. I. Federação Nacional dos Jornalistas (Brasil). II. Universidade Federal de Santa Catarina. Observatório da Ética Jornalística.

CDU: 070.13


Elaborada pelo bibliotecário
Fabrício Silva Assumpção – CRB 14/1673

DOSSIÊ



Ataques ao Jornalismo e ao seu Direito à Informação

2022



JORNALISTA
TEM MAIS É
QUE LEVAR
PORRADA!

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Uma parceria pelo jornalismo e para a sociedade..... 6

INTRODUÇÃO

Seus direitos estão em perigo 8

1

Por trás dos números, pessoas reais 10

Uma profissão que está se tornando de risco 12

Por que o jornalismo está sob ataque? 13

Quem agride os jornalistas? 14

Quem são as vítimas? 15

2

Precarização, uma violência diária e invisível..... 16

Normalização de abusos e assédios 17

Efeitos muito além da redação 19

Um problema estrutural 20

3

Como a violência contra jornalistas atinge você 22

Direito de saber 22

Formas de enfrentamento 25

O jornalismo é um bem público 27

Violência ajuda a desinformação 28

Estudo aponta falhas na proteção 29

4

Para deter as agressões, a bem da sociedade 32

Protocolo Nacional de Segurança 33

Federalização dos crimes 34

Protocolo da FENAJ prevê a adoção de medidas protetivas 35

Recomendações 36

APRESENTAÇÃO

Uma parceria pelo jornalismo e para a sociedade

Maria José Braga*

* Presidenta da
Federação Nacional
dos Jornalistas (FENAJ)

O jornalismo é uma atividade profissional presente no cotidiano da maioria das mulheres e homens que habitam o planeta Terra. O que pode parecer um exagero – e não há um dado científico para comprovar essa assertiva – é, na verdade, uma constatação empírica: as informações jornalísticas revelam a realidade imediata, pautam o debate na esfera pública e influenciam a tomada de decisões, em especial, as que afetam as vidas de uma comunidade específica, de várias delas ou da maioria.

Houve uma época, no passado recente, que era relativamente comum falarmos do jornalismo como o “quarto poder”, atuando em conjunto (e muitas vezes rivalizando) com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, constitutivos da República. Não é novidade, portanto, que com um pouco de intuição e muito de percepção dos fatos, as sociedades democráticas reconheçam o jornalismo como um dos pilares da democracia, que so-

mente pode se efetivar com o exercício da cidadania. E cidadania constitui-se de cidadãos e cidadãs que agem em sociedade depois de formarem seus juízos acerca dos fatos e dos debates, a partir de informações confiáveis.

Também não é coisa nova os ataques ao jornalismo e a quem o exerce. Justamente pela relevância social do jornalismo, pessoas, grupos e até mesmo instituições que não partilham dos valores democráticos querem enfraquecê-lo ou instrumentalizá-lo, o que é sinônimo de destruí-lo. E como não existe jornalismo sem jornalistas, os trabalhadores e trabalhadoras da notícia são as vítimas diretas dos ataques ao jornalismo, sofrendo no corpo e na alma agressões variadas.

Contraditoriamente, até mesmo atores sociais que reconhecem a importância do jornalismo, muitas vezes não identificam nos ataques à liberdade de imprensa e nas agressões diretas aos/as jornalistas, violações ao direito à informação, à constituição da cidadania e à democracia. É um desafio, portanto, revelar ao conjunto da sociedade a relação direta entre a violência contra os/as jornalistas e a fragilização dos valores, das práticas e das instituições democráticas.

A Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e o Observatório da Ética Jornalística (**objETHOS**) encaram esse desafio de formas diferentes no cotidiano. A FENAJ busca identificar as agressões e denunciá-las publicamente, além de apoiar as vítimas e cobrar das autoridades competentes apuração dos crimes e responsabilização dos culpados. O **objETHOS** defende e reforça a importância do jornalismo ao analisar sua prática e também seus referenciais teóricos e éticos.

Aqui, os esforços da FENAJ e do **objETHOS** se cruzam. O dossiê “Ataques ao Jornalismo e ao seu Direito à Informação” traz uma análise detalhada do “*Relatório de Violência contra Jornalistas e Liberdade de Im-*

“O ataque ao jornalismo é também uma forma de corrosão da democracia e das conquistas civilizatórias”



Maria José Braga

David Leitão Aguiar

prensa 2021”, que é produzido pela Federação dos Jornalistas. As análises, feitas a partir dos números do relatório e enriquecidas com entrevistas, vão conduzir leitores e leitoras à reflexão e, certamente, vão contribuir para que mais e mais cidadãos e cidadãs compreendam a importância do jornalismo e respeitem o trabalho dos/das jornalistas.

Essa parceria entre uma entidade sindical e outra acadêmica revela, ainda, o quanto o diálogo é importante para a prevalência do respeito à pluralidade e diversidade de ideias e o quanto o trabalho conjunto gera bons resultados. Neste caso, gerou uma publicação acessível a todos os públicos e que vem contribuir para o fortalecimento do jornalismo.

Queremos ampliar o debate público sobre os direitos humanos, entre eles o direito às liberdades de expressão e de imprensa. Queremos deixar ainda mais claro para o conjunto da sociedade que o jornalismo constituiu-se como uma atividade humana instrumental para o acesso a esses direitos e, nesse sentido, os/as jornalistas estão entre os/as defensores dos direitos humanos e, como tantos outros, são vítimas de violência pelo trabalho que realizam.

O dossiê que apresentamos vai além dos dados e estatísticas para estabelecer contextos mais amplos e profundos, permitindo que a sociedade brasileira compreenda que o ataque ao jornalismo é também uma forma de corrosão da democracia e das conquistas civilizatórias que acumulamos ao longo da história.

O seu lançamento no Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, celebrado em 3 de maio, é uma forma de contribuir com o debate público sobre a consolidação de direitos no país, o respeito mútuo, a dignidade profissional e sobre o jornalismo como atividade essencial a toda sociedade que deseja ser efetivamente democrática. ■



Capa do Relatório de Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa 2021

INTRODUÇÃO

Seus direitos estão em perigo

Os números não mentem e os casos são bem conhecidos. Ser jornalista no Brasil é uma atividade perigosa, que pode render ofensas, agressões físicas, perseguições e ataques *online*. Documentos de diversas organizações nacionais e internacionais mostram como está em curso uma escalada da violência contra os profissionais da informação. O relatório de 2021 da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) sobre violência contra esses profissionais e liberdade de imprensa registrou um trágico recorde com 430 casos. Comparados a cinco anos atrás, por exemplo, os ataques aumentaram 425,7%, algo nunca visto desde que a entidade passou a fazer levantamentos em 1998.

Documentos como os relatórios da FENAJ denunciam as muitas agressões, mas também ajudam a medir a temperatura para o exercício profissional no país. Não é difícil perceber que o ambiente vem se deteriorando muito rapidamente desde o impeachment de Dilma Rousseff, a hesitante gestão de Michel Temer e o violento governo Jair Bolsonaro. Segundo levantamento da Federação, o presidente da República foi o principal agressor dos jornalistas em 2021, respondendo por mais de um terço dos ataques na forma de ofensas verbais ou falas para deslegitimar a imprensa. Nos dois anos anteriores, ele já havia também se destacado negativamente com humilhações,

“A impunidade é combustível para a violência”

Maria José Braga, presidenta da FENAJ

Evolução dos casos



Fonte: Relatórios anuais de violência contra jornalistas da FENAJ

Ameaças à liberdade de imprensa atingem não apenas os meios de comunicação e seus profissionais, mas afetam toda a sociedade

xingamentos, gritos e descomposturas em situações públicas com jornalistas.

A perseguição aos profissionais de imprensa se institucionalizou no Brasil de Bolsonaro: houve mais agressões nos três anos de seu governo do que as acumuladas em quase uma década, entre 2010 e 2018. Foram 1.066 ataques entre 2019 e 2021 contra 1.024 nos nove anos anteriores.

As estatísticas acendem o alerta e não há sinais de que a situação possa melhorar. Jornalistas estão sendo atacados e nada acontece para impedir esta perseguição. “A impunidade nos preocupa”, afirma a presidente da FENAJ, Maria José Braga. “Quando as pessoas agridem, atacam e não são punidas, elas entendem que podem continuar fazendo isso. A impunidade é combustível para a violência. O presidente ataca, ataca, ataca e, infelizmente, as demais instituições não estão funcionando como deveriam e não acontece nada com o presidente”.

Há mais uma preocupação: parte da sociedade considera que a violência contra os jornalistas interessa apenas à categoria profissional. Com isso, as pessoas não se sensibilizam com as agressões, tampouco reagem a elas defendendo os trabalhadores da imprensa. Não podemos ignorar: toda violência contra jornalistas é também uma violência contra o jornalismo, contra o serviço que tem por função fornecer informações confiáveis à sociedade. Por isso, quando uma repórter é intimidada, agredida ou impedida de trabalhar, por exemplo, o direito à informação do público está sendo violado. Ataques a jornalistas são as formas mais comuns de não deixar que as pessoas saibam o que se passa na sua cidade, estado ou país.

Ameaças à liberdade de imprensa atingem não apenas os meios de comunicação e seus profissionais,

mas afetam toda a sociedade pois violam direitos, e o mais imediato deles é o direito à informação.

Este é um debate importante e urgente para o Brasil. Nas próximas páginas, analisaremos os dados mais recentes da violência contra jornalistas no país. Além disso, mostraremos como a precarização no jornalismo afeta a qualidade das notícias e como a fragilização profissional é também outra forma de violência contra quem atua na imprensa. Apontaremos ainda como um ambiente hostil para o jornalismo compromete direitos humanos essenciais para o desenvolvimento das pessoas e das populações. Ao final, traremos recomendações para que governos, instituições políticas, organizações de mídia, profissionais e outros atores sociais trabalhem juntos a fim de fortalecer o jornalismo como um instrumento que priorize o interesse público e adote as melhores práticas no setor.

Esta publicação é dirigida a todas as pessoas que acreditam que o jornalismo pode combater a desinformação e que, para isso, é necessário preservar e proteger jornalistas e canais de informação. Esta é uma iniciativa da **Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ)** e do **Observatório da Ética Jornalística (objETHOS/UFSC)** para contribuir com o debate público sobre direitos, liberdades, democracia e cidadania. ■

1 Por trás dos números, pessoas reais

*Alisson Coelho**

* Professor de jornalismo da Universidade Feevale e pós-doutorando em Comunicação na UnB.

“Isso é um direito de resposta ao cretino, vagabundo, canalha desse fake criminoso, chamado... isso nem deveria ter nome, chamado Ed Wilson.”

Esta é a frase que abre um áudio de mais de 17 minutos gravado por Magnólia de Oliveira. Ao lado do francês François-Xavier Pelletier, Magnólia foi denunciada em uma reportagem por violação de sítios arqueológicos em comunidades quilombolas do município de Bacuri, no litoral do Maranhão. Sem qualquer formação em

arqueologia, o casal fez escavações ilegais, retirou e transportou vários objetos de antigas fazendas do período colonial, atualmente localizadas nos territórios quilombolas.

O responsável pela reportagem foi o jornalista independente e professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), **Ed Wilson Araújo**. O caso foi contado em duas reportagens publicadas em fevereiro de 2019. Uma delas, *A nova pirataria francesa*, recebeu o Prêmio de Jornalismo do Ministério Público do Maranhão (MPMA). Graças ao esforço investigativo de Araújo, uma série de escavações já programadas pelo casal foi interrompida. Xavier-Pelletier fugiu da região e parte do material retirado das escavações ilegais foi recuperado pela polícia.



Patricia Campos Mello (d) ao receber o prêmio do *Committee to Protect Journalists*, em 2019



CPJ Ed Wilson Araújo

edwilsonaraujo.com

A reportagem de Ed Wilson Araújo teve repercussão nacional e lhe rendeu um prêmio. Os holofotes, no entanto, trouxeram consigo muito ódio. Depois da denúncia, o jornalista passou a ser alvo de uma campanha difamatória iniciada nas mídias digitais e impulsionada por um site apócrifo destinado a publicar mentiras sobre o trabalho de Araújo. O áudio, com o qual abrimos esse texto, é mais uma peça de difamação mobilizada pelo casal apontado na reportagem.

A onda de ataques afetou não apenas Araújo, mas também sua esposa, Marizélia Ribeiro, que esteve junto do marido durante a produção das reportagens. A virulência das mensagens e a onda de calúnias fragilizaram o jornalista. “Fiquei especialmente afetado com a busca no Google. Quando eu digitava meu nome para fazer

“Existe uma contraposição entre uma violência que é cotidiana e outra que é pontual. Essa violência que entra na rotina acaba não sendo denunciada”

Letícia Kleim, consultora jurídica da Abraji



Leandro Demori

The Intercept

alguma pesquisa apareciam os textos do site apócrifo. Aí fiquei cogitando... se algum aluno meu fizer uma busca interessado em uma publicação jornalística ou acadêmica, pode acabar sendo direcionado para os textos agressivos”, lembra.

A história de Ed Wilson Araújo na abertura desta seção foi escolhida para dizer algo óbvio, mas por vezes esquecido. Cada um dos 430 casos de ataques e violências contra jornalistas reportados pelo relatório da FENAJ em 2021 afeta pessoas reais. A frieza dos números pode esconder o fato de que seres humanos estão tendo sua atividade profissional afetada, muitos com sequelas psicológicas sérias. As agressões fragilizam os jornalistas e, em muitos casos, os fazem temer pela sua segurança e pela segurança de suas famílias.

As agressões têm nomes, têm rostos.

1

Por trás dos números, pessoas reais

UMA PROFISSÃO QUE ESTÁ SE TORNANDO DE RISCO

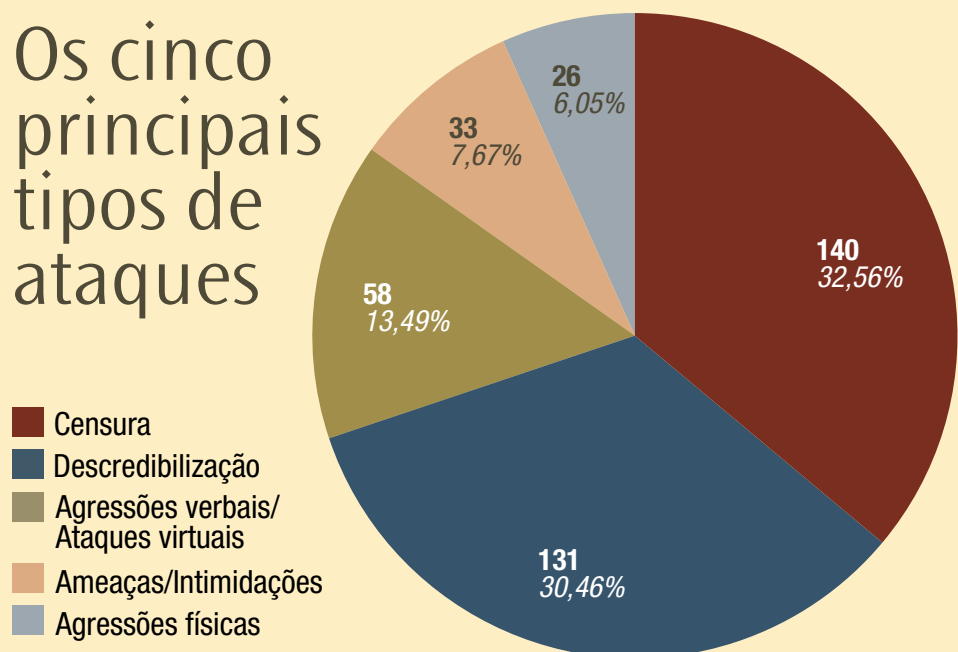
Os números e as histórias mostram uma profissão de risco. O crescimento constante dos casos de violência, que apresentamos na introdução deste dossiê, aponta que os perigos têm aumentado à medida que o tempo passa e não há indicativo de sua redução a curto prazo. Pelo contrário. Projeções de entidades como a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) apontam para um ano ainda mais tenso, especialmente em função das eleições. Presidente da FENAJ, Maria José Braga reforça o caráter arriscado da profissão. “Há uma situação de insegurança para o exercício da profissão de jornalista no Brasil que nos

preocupa bastante, porque os jornalistas estão sendo atacados cotidianamente. São 430 agressões, mais de uma por dia”, reforça.

Uma violência que é cotidiana e, por vezes, normalizada pelos profissionais. Muitos sequer notificam as autoridades e entidades de classe quanto aos assédios que sofrem. Esse é um dado confirmado tanto pela presidência da FENAJ quanto pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), que também monitora dados de agressões a jornalistas. “Existe uma contraposição entre uma violência que é cotidiana e outra que é pontual. Essa violência que entra na rotina acaba não sendo denunciada”, comenta a consultora jurídica da Abraji, Letícia Kleim.

O jornalista Leandro Demori sente essa insegurança diariamente. Desde que assumiu o cargo de editor-exe-

Os cinco principais tipos de ataques



Fonte: FENAJ



Eric Drooker / drooker.com

cutivo do The Intercept Brasil, e principalmente após a série de reportagens conhecida como Vaza-Jato, em que foram expostos os bastidores da operação Lava-Jato, Demori tornou-se um alvo. Convivendo com o perigo constantemente, ele passou a andar acompanhado de seguranças. Isso não impediu que, em um momento de lazer em família, fosse intimidado na frente da esposa e do filho, inclusive com uma ameaça velada ao menino. “Esses casos afetam nossa família. Essa violência tem o potencial de reduzir a vida útil da carreira do jornalista, afeta as relações familiares, o que a gente pensa para o futuro, o que queremos para os nossos filhos”.

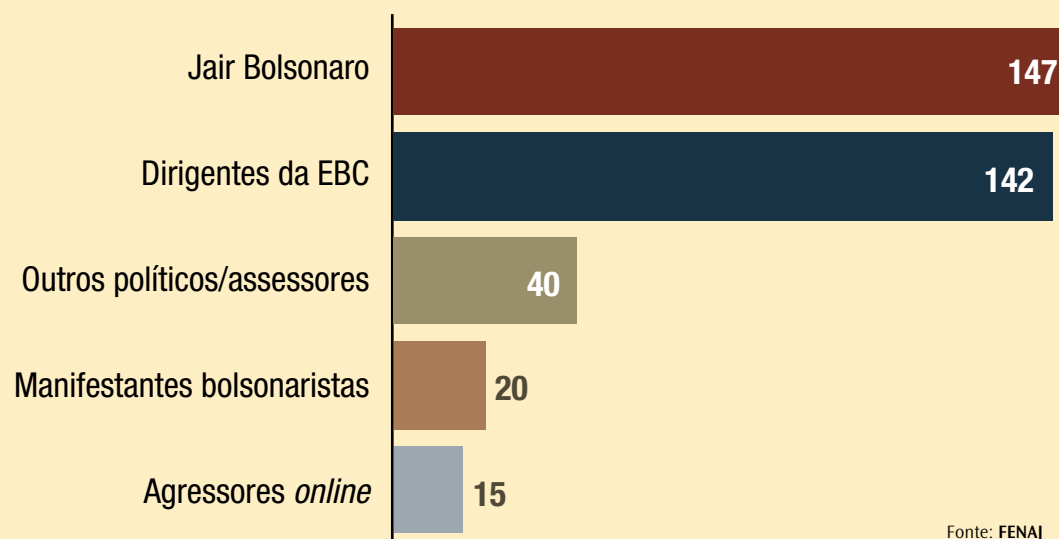
O caso estará no próximo relatório da FENAJ, já que ocorreu em janeiro de 2022, mas acende um alerta: jornalistas não estão seguros nem mesmo fora do trabalho. “O jornalismo é uma profissão de risco, sem dúvida, e a legislação trabalhista deveria prever adicionais de periculosidade em alguns casos”, afirma Demori.

POR QUE O JORNALISMO ESTÁ SOB ATAQUE?

Uma análise dos ataques a jornalistas mostra claramente qual é a intenção de quem agride: silenciar. O bom jornalismo incomoda, principalmente aos poderosos, e apresenta à sociedade aquilo que, para muitos, deveria ficar escondido. São muitos os casos de pessoas denunciadas em reportagens por cometerem algum tipo de crime que veem na agressão, na intimidação e até no assassinato, uma alternativa para evitar a exposição. Em dois, registrados no relatório da FENAJ de 2021, a busca pelo silenciamento do jornalismo resultou na morte de jornalistas.

De forma geral, no entanto, quem quer manter sua má conduta fora dos holofotes, ou daqueles a quem

Os cinco principais agressores



Fonte: FENAJ



1

Por trás dos números, pessoas reais

VOCÊ TEM
UMA CARA DE
HOMOSSEXUAL
TERRÍVEL

busca proteger, utiliza estratégias menos drásticas, mas ainda assim extremamente danosas. Os casos mostram que a maioria dos ataques se deu por meio da censura ou da descredibilização dos profissionais. Somadas, as duas categorias representam 63,02%.

A credibilidade é o maior patrimônio do jornalismo. Ele existe justamente porque a sociedade lhe dá legitimidade. Sem a crença de que a realidade construída pela imprensa é a mais próxima possível dos fatos, não

há mais razão para a existência do jornalismo. E quem ataca jornalistas sabe disso perfeitamente.

A descredibilização é um instrumento largamente utilizado por políticos e alguns de seus seguidores mais exaltados, e é um *modus operandi* da extrema-direita mundial. Exatamente por isso é uma estratégia bastante utilizada pelo presidente Jair Bolsonaro, seu entorno e subordinados, além de militantes do bolsonarismo.

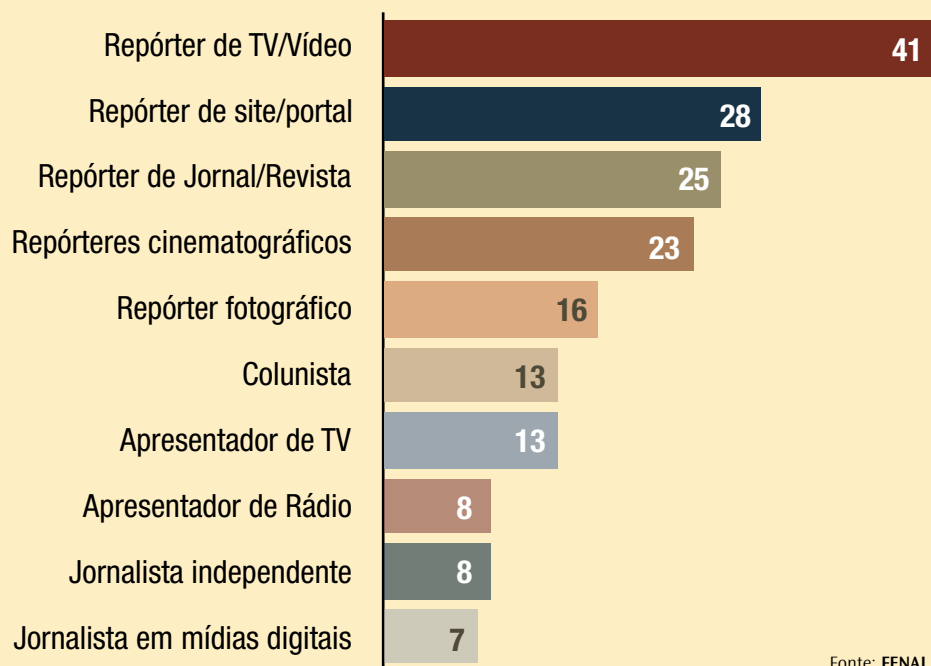
QUEM AGRIDE OS JORNALISTAS?

O presidente Jair Bolsonaro é o principal agressor de jornalistas no Brasil. Essa não é uma afirmação genérica, mas uma constatação baseada no relatório da FENAJ. Três dos perfis listados como os principais agressores do jornalismo brasileiro fazem parte do bolsonarismo. O próprio Bolsonaro, os dirigentes da Empresa Brasil de Comunicação, nomeados pela Presidência da República, e manifestantes identificados como apoiadores do presidente estão no topo do *ranking* dos agressores. Juntos, respondem por 71,86% dos registros.

Os casos envolvendo Demori e Araújo mostram dois perfis distintos, mas frequentes nas agressões registradas. Na maioria das vezes, elas se dão por convicção ideológica, como no caso do editor-executivo do *The Intercept Brasil*. O bolsonarismo acirrou esse tipo de agressão, mas seria ingenuidade circunscrever o fenômeno à atuação da extrema-direita. No caso de Araújo aparece o principal tipo de agressor: o denunciado.

Nesse ponto, voltamos à abertura da seção. O objetivo da agressão é o silenciamento. O agressor passa a atacar o jornalista com a intenção de intimidá-lo e fazê-lo parar. A fala de Leandro Demori é clara: os ataques têm o potencial de interromper não apenas apurações e coberturas, mas também carreiras.

Os 10 perfis de profissionais mais atacados



Fonte: FENAJ

Não podendo interromper a publicação das reportagens, o caminho seguinte dos agressores é o da descredibilização. Campanhas nas mídias digitais, sites apócrifos, materiais distribuídos em aplicativos de mensagens, *lives* fazem parte do arsenal do descrédito que encontramos nos casos relatados pela FENAJ.

QUEM SÃO AS VÍTIMAS?

O repórter é aquele que está na linha de frente do jornalismo e, justamente por isso, é o profissional mais atacado. Um olhar atento para os casos mostra que os profissionais da apuração, que estão nas ruas, são aqueles mais sujeitos à violência, especialmente às agressões físicas.

Observados os relatórios da FENAJ dos últimos anos, chama atenção a quantidade de casos em que os agredidos são equipes de televisão ou fotografia. Nos casos coletados em 2021, em quase metade há, entre os agredidos, cinegrafistas, fotojornalistas ou repórteres de TV. A exposição pública dos profissionais que têm sua imagem no vídeo e a presença dos equipamentos transformam esses jornalistas em alvos das pessoas denunciadas nas reportagens.

Na leitura de todos os casos, foram separados aqueles em que jornalistas são nominalmente identificados ou têm suas funções descritas. Dessa forma, traçamos um perfil de quem trabalha em situações de maior risco, como repórteres cinematográficos e de televisão, mais expostos e vulneráveis.

Esses casos também merecem destaque porque costumam ser agressões fisicamente violentas, como socos, pontapés e empurrões. E, em muitas das situações, os profissionais são expulsos do local onde estão trabalhando, em um claro cerceamento da liberdade de imprensa.



pixabay.com

A situação é ainda mais complexa para as jornalistas mulheres. Nos casos que envolvem as jornalistas, a misoginia é um traço marcante. Isso motivou a Abraji a preparar um *relatório sobre esses ataques*. Os dados são alarmantes: foram 119 ataques de gênero coletados em 2021, praticamente um a cada três dias, e, como nos casos gerais de violência contra jornalistas, esses números são subnotificados. “As mulheres jornalistas convivem diariamente com esses tipos de ataque, que pode ser um comentário na rede social, uma provocação que acaba virando uma violência cotidiana”, explica Kleim, que trabalhou na construção do relatório da Abraji: “É muito difícil mensurar e registrar esse tipo de violência sutil, mas não por isso menos importante, porque acaba tendo um impacto talvez maior na vida da pessoa”. ■

2 Precarização, uma violência diária e invisível

Janara Nicoletti*

*Jornalista e pesquisadora associada do objETHOS

As condições de trabalho dos jornalistas brasileiros podem ser consideradas como estruturalmente precárias. Trata-se de uma profissão marcada pelo acúmulo de funções, excesso de carga de trabalho, jornada ampliada, falta de folgas, vínculos instáveis por meio da informalidade ou pejetização, assédio moral, baixos salários, instabilidade de carreira, falta de segurança e de suporte em casos de violência, feminização e juvenilização. A desestruturação do mercado laboral e a falta de proteção trabalhista geram um quadro de desrespeito ao emprego digno.

Nos últimos anos se multiplicaram situações de calote ou atraso de pagamentos a jornalistas. É o caso do Diário de Pernambuco que, desde 2019, passa por uma crise financeira que resultou em congelamento de contas por via judicial, atraso de salários, denúncias ao Ministério Público do Trabalho e *paralisação dos profissionais*. Uma página em uma rede social foi criada para denunciar o problema à sociedade.

Lara Tôrres de Almeida começou a trabalhar no jornal em maio de 2021 e, desde que soube da conta *online*, passou a interagir de forma ativa na sua divulgação. Por causa disso, foi demitida no

dia 8 de março de 2022. Segundo ela, ao menos outros dois profissionais perderam seus empregos devido à atuação na página de denúncia criada para expor os atrasos financeiros. Dias depois de sua demissão, o perfil foi fechado. “Eles falaram que foi por isso. Deu uma sensação de bode expiatório. Realmente engajei muito [a página] e teve uma menina que só seguiu, apenas seguiu, e também foi demitida”.

Durante todo o período em que trabalhou no jornal, a repórter conviveu com a incerteza de quando receberia seu próximo salário e quanto entraria em sua conta bancária. Situação que afetou sua saúde mental, gerou crises de ansiedade e momentos de depressão. Ela conseguiu sobreviver graças à ajuda da família. “Bendita seja minha mãe. Colegas meus que já não tinham os pais ou que já eram eles próprios os pais, casados [tinham dificuldade para sobreviver]. Tinha gente que o homem trabalhava no jornal, a esposa não trabalhava, ficava em casa, e o jornal era a única fonte de renda da família. Eles tiveram conta atrasada, luz cortada, todo tipo de humilhação que alguém pode ter, sabendo que não tinham dinheiro, mas deveriam ter porque [um deles] estava trabalhando. Eu vivia mal, sempre tendo que pedir dinheiro pra minha mãe, como ainda estou”, conta a jornalista, que continuava sem receber os salários atrasados e a rescisão contratual à época da entrevista.

De acordo com o *Perfil dos Jornalistas Brasileiros 2021*, a precarização do trabalho no jornalismo aumentou entre 2012 e 2021. De 3.100 participantes do estudo representativo da categoria no Brasil, 24% possuem vínculos considerados precários, como pessoa jurídica, MEI (microempreendedor individual), *freelancer* e prestação de serviços sem contrato. Para 42,2%, a carga horária de trabalho superava oito horas diárias.



Samira de Castro Cunha, segunda vice-presidenta da FENAJ, explica que as relações de trabalho do jornalismo acompanham um cenário mais amplo, marcado pelo ultraliberalismo e pela flexibilização dos direitos trabalhistas. Com a Reforma Trabalhista de 2017, “houve um enfraquecimento do poder dos sindicatos no Brasil”, afirma, o que dificultou reações contra jornadas irregulares e demais violações aos profissionais da imprensa.

O quadro, já bastante fragilizado, não melhorou com a eclosão da pandemia de Covid-19. Pelo contrário: *um estudo do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho* (CPCT), da Universidade de São Paulo, verificou sobrecarga de trabalho e aumento da pressão sobre os comunicadores brasileiros.

Segundo a coordenadora do CPCT, Roseli Figaro, a reorganização e a intensificação do trabalho durante a emergência sanitária aprofundou a precarização do setor. “A desestruturação das equipes no local de trabalho forçou o jornalista a reconstruir suas rotinas, e isso demanda um esforço maior. Na pandemia nós demos um salto em que se rompeu o que já estava muito tênue, o tempo do trabalho e o tempo do não trabalho – higiene, compras, fazer comida, cuidar do filho, cuidar da casa”.

NORMALIZAÇÃO DE ABUSOS E ASSÉDIOS

A *Organização Internacional do Trabalho* (OIT) estabelece que toda pessoa deve ter direito ao trabalho decente, o que seria assegurado por condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana. Características do trabalho decente incluem oportunidades de emprego, remuneração e jornada adequadas, estabilidade, segurança física, equilíbrio com a vida familiar e proteção social.

Vários desses indicadores são violados no mercado jornalístico brasileiro e afetam direitos dos jornalistas. Estudos da área apontam que os profissionais são mal remunerados, estão expostos a riscos de violência *online* e *offline*, trabalham em ambientes inseguros e se sentem exaustos. Os relatos pessoais são parte de uma vulnerabilidade coletiva da categoria, que tende à instabilidade econômica, informalidade no emprego e baixa perspectiva de futuro.

“A precarização não incide apenas na trabalhadora e no trabalhador, mas na sociedade. Não é possível fazer um bom trabalho sem condições para isso se o jornalista não tem tempo para atuar, se está adoecido, inconformado”, analisa Figaro. A pesquisadora considera que a profissão de jornalista é perigosa. “Tem um índice de periculosidade que não está só no repórter da linha de frente cobrindo polícia ou guerra. É uma periculosidade generalizada”.

Em *Violence at Work* (Violência no Trabalho, em tradução literal), Duncan Chappell e Vittorio Di Martino descrevem que o risco do desemprego e o aumento do número de pessoas empregadas de forma precária são violências laborais que podem ampliar a vitimização delas. Segundo os autores, a lista de comportamentos e táticas violentas no ambiente de trabalho inclui ações físicas, verbais e psicológicas, como amea-

“A precarização não incide apenas na trabalhadora e no trabalhador, mas na sociedade. Não é possível fazer um bom trabalho sem condições para isso se o jornalista não tem tempo para atuar, se está adoecido, inconformado”

Roseli Figaro, coordenadora do CPCT da USP

2 Precarização, uma violência diária e invisível



25 de Novembro: FIJ lança campanha pela ratificação da Convenção 190 da OIT sobre violência e assédio no trabalho

CONVENÇÃO 190 DA OIT
Pelo fim da violência no trabalho
#RATIFICAR #IDEVAV

#RATIFICAR C190

► **Violência e assédio no mundo do trabalho:**
Um guia sobre a Convenção No. 190 e a Recomendação No. 206

ças, *bullying*, assédio moral e sexual e discriminação racial, entre outros.

Violências como essas podem ser perpetradas por colegas, chefes ou pessoas sem relação direta com o ambiente de trabalho. No Perfil do Jornalista Brasileiro de 2021, 40,6% dos respondentes afirmam já terem sofrido assédio moral, enquanto 11,1% foram vítimas de assédio sexual.

São casos nem sempre visíveis ou que passam despercebidos no local de trabalho. “As pessoas naturalizam no sentido de achar que o sistema funciona assim e faz parte de um ambiente competitivo, de mais agressividade, o que compromete a qualidade daquele espaço”, explica Marisa Sanematsu diretora de conteúdo do Instituto Patrícia Galvão que realizou *um estudo sobre violência laboral* contra mulheres brasileiras em 2020. “As vítimas se sentem sempre muito sozinhas. Até porque, muitas vezes, não contam com a solidariedade dos colegas porque eles também estão nesse ambiente tóxico, sob ameaça, vulneráveis”.

Em junho de 2019, a OIT aprovou a *Convenção 190* de combate à violência e assédio no mundo do trabalho. São “comportamentos e práticas inaceitáveis”, “de ocorrência única ou repetida”, que causem “dano físico, psicológico, sexual ou econômico”, incluindo “a violência e o assédio com base no gênero”. A convenção também reconhece que tais violações afetam a qualidade dos serviços, colocam em risco a dignidade humana, ameaçam a igualdade de oportunidades e impedem a progressão na carreira, especialmente para as mulheres.

Até abril de 2022 *somente 12 países* haviam ratificado o documento. O Brasil estava fora da lista. Para estimular que mais governos adotem as medidas gerais estabelecidas na Convenção, e para que elas sejam aplicadas especificamente no setor de mídia, a Federa-

ção Internacional dos Jornalistas (FIJ, à qual a FENAJ é filiada) iniciou uma campanha em 2021.

EFEITOS MUITO ALÉM DA REDAÇÃO

Condições de trabalho precárias podem afetar a vida pessoal, a perspectiva de futuro e a saúde. Entre seus efeitos estão problemas para dormir, estresse, adoecimento físico e psicológico – como doenças por esforço repetitivo, inflamações, síndrome do pânico, depressão e ansiedade –, autocensura, erros jornalísticos, perda do emprego e problemas na vida familiar.

Os pesquisadores Samuel Lima e Jacques Mick fazem um alerta na síntese do *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021* para os “efeitos nocivos” à saúde dos trabalhadores da notícia trazidos pela “deterioração das condições de trabalho”. O estudo aponta para um quadro preocupante de sobrecarga, assédio moral e adoecimento mental. Do total de participantes da pesquisa, 66,2% afirmaram que se sentem estressados no trabalho, enquanto 34,1% receberam diagnóstico médico de estresse. Outros 20,1% informaram terem desenvolvido algum tipo de transtorno mental devido à ocupação profissional e 31,4% receberam prescrição médica para tomar antidepressivos. Problemas ocupacionais, como Lesão por Esforço Repetitivo e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho, foram assinalados por 19,9%.

Cansaço, estresse, poucas horas de sono, ansiedade extrema e a sensação de nunca estar fazendo o suficiente pareciam “apenas” sintomas cotidianos de uma jornalista que trabalhava em regime de *home office* durante a pandemia. Marília (nome fictício a pedido da fonte) levou vários meses para conseguir identificar que algo não estava bem. Em 2021, ela foi diagnosticada com síndrome de *burnout*. Segundo a Organização



Wes Hicks/Unsplash.com

Mundial da Saúde, o problema ocupacional tem como principal característica o estresse crônico ocasionado pelo trabalho. Inclui sintomas como exaustão e eficácia profissional reduzida.

No começo daquele ano, Marília passou a ter crises de ansiedade que se tornaram diárias. “Toda vez que eu dizia meu nome pra alguém, que eu falava o nome de qual veículo estava trabalhando, me sentia muito mal, tinha crises de choro. Achava que isso era só estafa, cansaço por estar vivendo uma pandemia, por estar trabalhando e não ter mais horário, por ter tido uma redução na equipe quando começou a crise sanitária e o trabalho dobrou. Eu achava que precisaria só de um descanso, mas foi se acumulando”.

Marília lembra que, desde o início do trabalho em *home office*, era difícil desligar. “Da hora em que eu acordava à hora que ia dormir eu estava atenta ao Whatsapp, às demandas que chegavam. Todo esse ambiente de entrar e sair do trabalho não existia mais a partir do momento em que comecei a trabalhar *home office*. Minha casa virou a extensão do trabalho a ponto de não saber

2

Precarização, uma violência diária e invisível

mais se eu estava trabalhando de casa ou morando no trabalho”, relata.

No período de férias, Marília desconfiou ainda mais. “Eu tinha muita descrença de que poderia estar num processo de adoecimento. Achei que era uma fraqueza

minha, que não conseguia lidar com o que todo mundo lidava e que era mais do que normal ser jornalista no meio de uma pandemia e estar cansada, exausta, sofrendo por não dar conta”. Após o diagnóstico de burnout, Marília teve dificuldade para aceitar a necessidade de parar e cuidar de si. Durante dois meses, continuou trabalhando sem contar sua situação de saúde para colegas e superiores por medo de ser demitida. Quando desabafou, teve o suporte dos colegas de redação. “Estava muito infeliz, em níveis que nunca tinha sentido”.

Durante o tratamento, Marília ressignificou sua percepção sobre o que é

ser jornalista. “Acho que existiu toda uma criação de um ethos do jornalista como esse profissional que está disponível e atento o tempo todo. Entender que isso estava me adoecendo foi um caminho de desconstruir a imagem errônea que eu construí sobre o jornalismo, ao lon-

go da graduação, no começo do mercado de trabalho. Uma captura neoliberal, mesmo. Um sentimento muito ligado a esse lugar do trabalho como norteador da vida”.

UM PROBLEMA ESTRUTURAL

Misoginia, racismo e desigualdade social são problemas estruturais da sociedade brasileira que se refletem no mercado jornalístico. Revelam-se na forte presença da violência de gênero e na expressiva desigualdade entre negros e brancos no setor. “É muito feio ser racista no Brasil”, comenta Flavio Carrança, integrante da Comissão dos Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojira), do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo. “Normalmente, a coisa acontece sem ser dita. É velada. O sujeito não evolui na empresa, mas ninguém fala ‘não vou te promover porque você é preto’. Não é assim que a coisa toca. É uma questão que já está introjetada e se manifesta no cotidiano do trabalho”.

Os 98% de jornalistas entrevistados para o *Perfil Racial da Imprensa Brasileira*, estudo de 2021, relataram maior dificuldade para progredir na carreira em comparação aos colegas brancos. Outros 57% identificaram marcas de discriminação ao longo da vida profissional. “Os lugares de poder e de decisão no interior das empresas jornalísticas continuam hegemonicamente brancos. As pessoas negras, principalmente mulheres, ganham menos para exercer a mesma função. Negras e negros têm maior dificuldade para ter mobilidade no interior das empresas e acabam ocupando os postos de base. A presença negra é inversamente proporcional à altura do cargo na hierarquia da empresa: quanto mais alto, mais branco; quanto mais baixo, mais preto. Isso acaba sendo a regra”, pondera Carrança.





Pixabay.com

Mulheres também são minoria em cargos de gestão, mesmo representando 58% *do perfil profissional*. Em comparação aos homens, possuem remuneração média menor e sobrecarga de trabalho e pressão.

A violência laboral contra as mulheres afeta o mercado de trabalho brasileiro como um todo. Segundo a pesquisa *Percepções sobre a violência e o assédio contra mulheres no trabalho*, realizada em 2020 pelos institutos Patrícia Galvão e Locomotiva, 76% das trabalhadoras brasileiras já sofreram algum tipo de violação laboral. Entre elas, estão gritos ou xingamentos, discriminação devido à aparência, raça ou orientação sexual, elogios e comentários constrangedores por parte de colegas homens, assédio sexual. Além disso, trabalho supervisionado excessivamente, opiniões ou pontos de vista não levados em consideração, humilhação, críticas ou piadas referentes à vida pessoal, tarefas impossíveis de cumprir nos prazos estipulados e ameaças verbais são exemplos de violência laboral muitas vezes naturalizadas.

A diretora de conteúdo do Instituto Patrícia Galvão, Marisa Sanematsu, destaca que isto também se aplica ao mercado jornalístico. “Quando a jornalista é ataca-

da, tem esses componentes misóginos, sexuais. São posições em que, muitas vezes, as trabalhadoras e as jornalistas também se submetem, passando por um processo de autocensura”. Sanematsu pondera que é preciso “ter um olhar transversal porque alguns grupos são muito mais impactados pela violência. São grupos mais vulneráveis, que, às vezes, estão em situações mais precárias, dependem muito mais daquele emprego e se submetem mais. E aí, a gente vê episódios de racismo, de ter que ouvir piadas sobre orientação sexual...”.

O aumento da precariedade laboral e a redução de direitos trabalhistas amplificam a vulnerabilidade de todos os trabalhadores “a se submeterem calados à violência”, segundo Marisa Sanematsu. “É um fator complicado, mas é como a gente está falando, a necessidade da sobrevivência acaba tornando a situação muito mais difícil”.

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO

PESQUISA REVELA: 76% DAS MULHERES JÁ SOFRERAM VIOLÊNCIA E ASSÉDIO NO TRABALHO

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES - © 18/12/2020

COMPARTILHAR:

f t G+ p Jw in

PDF

Gritos e xingamentos; discriminação em razão da aparência, raça, idade ou orientação sexual; controle excessivo e críticas constantes; agressão física; elogios constrangedores; assédio e estupro. Estas são algumas das situações de violência, constrangimento e assédio vividas pelas brasileiras no trabalho. (Locomotiva/Instituto Patrícia Galvão, dezembro 2020)

3 Como a violência contra jornalistas atinge você

Rogério Christofletti*

* Professor da Universidade Federal de Santa Catarina e pesquisador do CNPq.

Em novembro de 2020, uma repórter foi cercada e agredida por populares numa praia de Florianópolis apenas por mostrar o descumprimento de normas sanitárias exigidas durante a pandemia de Covid-19. Em junho de 2021, o presidente da República se negou a responder à pergunta de outra jornalista em Guaratinguetá, e, aos berros, mandou que ela calasse a boca. Em fevereiro deste ano, uma equipe de televisão foi impedida de cobrir os protestos de policiais e agentes de segurança em Belo Horizonte.

Em todas essas situações, trabalhadores do jornalismo foram impedidos de exercer sua profissão e sofreram ataques físicos, ofensas ou ameaças. Além disso, seus relatos ficaram incompletos e o público deixou de saber mais dos fatos que estavam sendo cobertos. Nesses casos e em tantos outros, a violência, a força bruta e os interesses particulares venceram, impondo silêncio e impedindo que informações de interesse público viessem à tona de forma completa e para todos. Esta é a parte mais visível dos danos causados pela violência contra jornalistas: deixamos de saber de alguma coisa importante. E

isso acontece simplesmente porque alguém viu seus interesses contrariados e decidiu interromper o fluxo informativo, usando seu poder ou influência para isso.

No Brasil, a violência contra jornalistas assumiu proporções alarmantes nos últimos anos, mas é apenas parte da verdade dizer que essas agressões atingem só quem vive de dar notícias. O prejuízo social é muito mais amplo porque pode afetar mais pessoas em diversos aspectos das suas vidas, inclusive seus direitos. Apesar de ser uma queixa frequente nas redações, a sociedade sempre perde quando alguém impede um jornalista de trabalhar.

DIREITO DE SABER

Quando se ataca um repórter em pleno exercício profissional, um importante elemento da democracia também sofre: a liberdade de imprensa. Este tipo de liberdade garante que jornalistas e meios de comunicação possam buscar, apurar e publicar massivamente informações que sejam de interesse da coletividade. Permite também que o jornalismo investigue, critique, faça as perguntas mais incômodas (e necessárias) e fiscalize os poderes. A liberdade de imprensa funciona, portanto, como um tipo específico de garantia que ajuda a impulsionar o trabalho dos jornalistas e das organizações de notícia. Os envolvidos com o jornalismo se beneficiam disso, mas não só.

Para o coordenador do Observatório de Liberdade de Imprensa do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Pierpaolo Cruz Bottini, intimidação de jornalistas, incitação ao ódio e aceitação de atitudes agressivas são formas de limitar a circulação de ideias, essencial para a construção da cidadania. “Sem informações, não é possível conhecer e reivindicar direitos, per-



ceber abusos, denunciar ilegalidades. A escuridão informativa é o ambiente preferido por aqueles que fazem da arbitrariedade seu modo de vida”, resume o também professor de Direito na Universidade de São Paulo (USP).

A liberdade de imprensa é uma condição para que as democracias funcionem. Sem ela, não chegam aos cidadãos e cidadãs informações sobre os atos dos poderosos. Sem a liberdade de imprensa, não circulam relatos críticos, contextualizados e aprofundados do que acontece nos gabinetes fechados e nos ambientes onde se decidem os rumos da sociedade. Sem ela, a liberdade de expressão – que se estende a todas as pessoas – também é prejudicada. Assim, a liberdade de imprensa ajuda o jornalismo a cumprir um dever – informar – para satisfazer um direito humano – o de ser informado. O raciocínio é relativamente simples: as pessoas têm direito a saber do que se passa em sociedade porque elas compõem esta mesma sociedade e ajudam a sustentá-la, política e financeiramente, inclusive.

O direito à informação está previsto em leis brasileiras e protocolos internacionais, e isso ajuda a consagrá-lo como uma condição essencial para o desenvolvimento individual e a vida coletiva. Na *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, de 1948, o direito à informação está previsto no artigo 19: “Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”. Este direito se repete em outros documentos, como no artigo 13 da *Convenção Americana dos Direitos Humanos*, que surgiu em 1969 e foi assinada pelo Brasil em 1992. É, portanto, o reconhecimento de que as pessoas têm direito de se expressar, informar-se e participar do processo comunicativo.

No Brasil, a liberdade de expressão é uma das garantias fundamentais dos cidadãos, conforme o artigo 5º da *Constituição Federal*. Assim, cada indivíduo tem assegurados a livre manifestação do pensamento e de sua consciência, o direito de resposta (proporcional ao dano), a expressão artística, científica, de ideias e de comunicação, entre outros. Há, inclusive, um capítulo dedicado à comunicação social na Carta Magna, que afasta de imediato qualquer tipo de censura política, artística ou ideológica, e reafirma que nenhuma outra lei trará “embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social” (artigo 220). A Constituição Federal ainda aponta regras para distribuição de concessão de canais de rádio e televisão, indica preferência de finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas nesses meios, incentiva a promoção das culturas regionais e nacional, e estimula a produção independente. A maior lei do país ainda determina que não haja oligopólio ou monopólio no setor da comunicação.

Outras leis nacionais reforçam a comunicação como um direito, e uma das mais evidentes é a *Lei de Acesso à Informação* (LAI). Criada em 2011, a Lei nº 12.527 passou a vigorar para valer em maio do ano seguinte, apontando um novo pacto entre governos, autoridades e cidadãos: a transparência é quem dá as cartas, e o sigilo é exceção na vida



3

Como a violência contra jornalistas atinge você

pública. Com isso, a LAI se coloca como um importante instrumento social que permite que todas as pessoas (não só jornalistas) peçam dados a órgãos públicos sobre temas de seu interesse. Acessar informações que afetem a sociedade passou a ser uma atividade protegida e incentivada por lei.

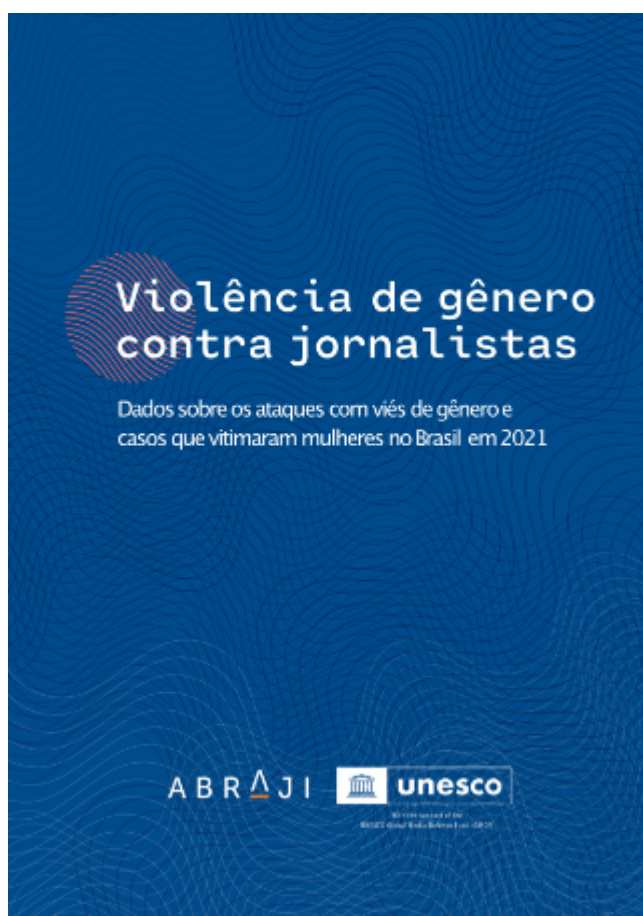
“O direito de acesso à informação é um direito fundamental por si só, mas também é um direito meio para que outros direitos possam ser exercidos. Ele está na base e não é à toa que seja uma das primeiras garantias a ser atacadas”, explica Bia Barbosa, pesquisadora de liberdade de expressão e representante do Terceiro Setor no Comitê Gestor da Internet (CGI). Para Barbosa, com um setor midiático economicamente concentrado, controlado pelo Estado, e sem diversidade e pluralidade, a sociedade vai sofrer consequências da falta do direito de acesso no exercício de outros direitos. Num contexto de pandemia, por exemplo, o direito à saúde pode ser diretamente afetado se informa-

ções sobre tratamentos ou vacinação não forem garantidas. Num ano eleitoral como 2022, o direito de votar de forma livre pode ser prejudicado se o direito à informação também não for mantido. É uma mão-dupla: “A informação é um pilar de qualquer democracia e este direito deve ser exercido tanto pela sociedade,

que precisa receber informação, como por jornalistas e comunicadores que precisam assegurar o direito de produzir e distribuí-las”.

Segundo Thiago Firbida, coordenador para Segurança e Proteção dos Jornalistas da Artigo 19 no Brasil e América Latina, agressões a jornalistas sempre têm efeito duplo: violam o direito individual das vítimas e o direito da sociedade de se informar. Conforme explica, toda estrutura democrática se sustenta sobre o essencial direito de informar e ser informado. “Quando se corta o fluxo informativo, impede-se que as pessoas tenham condições de tomar certas decisões por falta de dados. Isso impacta no direito à participação social e política, no direito de acesso à justiça, no de associação, e afeta o direito ao protesto”, afirma, apontando para o fato de que a liberdade de expressão assume a função de instrumento para o exercício de outros direitos. “Se há restrição de maneira abusiva da liberdade de expressão, também ficam limitadas a plena luta pelo direito à saúde, à educação, à moradia, porque, para que se lute pela garantia desses direitos, é fundamental contarmos com a estrutura propiciada pela liberdade de expressão e informação. A corrosão democrática sempre começa por ataques à liberdade de expressão e a violência contra a imprensa”.

A jornalista Cecília Olliveira, que atua na cobertura de segurança pública, em especial do tráfico de drogas e de armas, lembra de outro ingrediente constante nos ataques ao jornalismo brasileiro: as mulheres são agredidas de modo particular. “O apelo ao gênero e à sexualidade não é incidental: em sociedades com valores conservadores, esse tipo de ataque é uma forma de minar a credibilidade do jornalismo profissional e de desviar a atenção do conteúdo da notícia”, afirma. Direitos ligados à condição feminina e à igualdade de gênero também são violados quando, por exemplo,



uma jornalista é interrompida, cerceada, agredida ou intimidada em seu trabalho.

Também diretora da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), Cecília Olliveira avalia que essa violência tem características distintas, conforme as vítimas e os tipos de agressão. Grandes organizações de notícia, por exemplo, conseguem dar proteção jurídica a seus repórteres, enquanto que jornalistas independentes e freelancers ficam desamparados diante do assédio judicial. Esta disparidade dificulta um enfrentamento mais consistente do problema.

Estudo recente da Abraji apontou que 95% dos autores identificáveis em episódios de violência eram homens. Mais de dois terços desses casos (68%) começaram *online* e 60% das ocorrências estavam relacionadas à cobertura política. Na prática, esses números significam que jornalistas foram impedidos de circular por certos ambientes ou de se credenciar para cobrir alguns eventos. De janeiro de 2019 a agosto de 2021, 70% dos ministérios do governo Bolsonaro reduziram suas respostas a pedidos de jornalistas feitos com base na Lei de Acesso à Informação (LAI), lembra a diretora da Abraji. Ao mesmo tempo em que o governo negava dados, também passou a classificar documentos como sigilosos de forma atípica e pouco transparente. “Essas medidas impedem a imprensa de fiscalizar o serviço público, e de verificar indicativos de má gestão e corrupção. Isso fragiliza a democracia”.

FORMAS DE ENFRENTAMENTO

“É preciso trabalhar com toda a sociedade para superarmos a cultura de violência que está imposta”, afirma Maria José Braga, presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ). “É claro que o jornalismo é passível de crítica, mas isso não justifica a violência. Se o trabalho

de informação não está sendo bem feito, se há lacunas ou falhas, os caminhos não podem ser os ataques a quem está trabalhando”, completa.

Para a diretora da Abraji, Cecília Olliveira, o clima hostil foi reforçado por Jair Bolsonaro antes mesmo de se tornar presidente da República. “Ele já estimulava seus seguidores a atacarem jornalistas e, na sua posse, uma série de dificuldades foram criadas para quem cobria, limitando a locomoção entre os diferentes prédios públicos de Brasília”, lembra. No primeiro ano de gestão, Bolsonaro pediu boicote de publicações críticas, incitou agressões pela internet e fez vista grossa para mentiras, com o objetivo de descredibilizar a imprensa. “É um problema maior e que foi tardiamente levado em consideração pelas entidades de classe e veículos”, critica a jornalista, referindo-se à rotina de ofensas e humilhações que sofriam os profissionais que se aglomeravam na entrada do Palácio da Alvorada. Espremidos entre apoiadores bolsonaristas e seguranças, repórteres foram diariamente atacados até que grandes empresas de notícia decidiram abandonar a cobertura diária para resguardar seus funcionários.

Para a coordenadora do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), Beth Costa, o governo federal escolheu imprensa, cultura e educação como alvos preferenciais. “Inimigos, não os adversários”, frisa. “A perseguição aos jornalistas é parte do projeto de po-



3

Como a violência contra jornalistas atinge você



der desse governo autoritário. A escalada dessa violência cresce a cada dia em que a corrupção, a perda da soberania nacional, a entrega de nossas riquezas e a dilapidação do patrimônio cultural e artístico são denunciadas”.

Pierpaolo Cruz Bottini, do Observatório de Liberdade de Imprensa do Conselho Federal da OAB, estende o problema para além dos profissionais da imprensa. “Artistas, advogados e até mesmo representantes de certas religiões têm sido afetados por essas

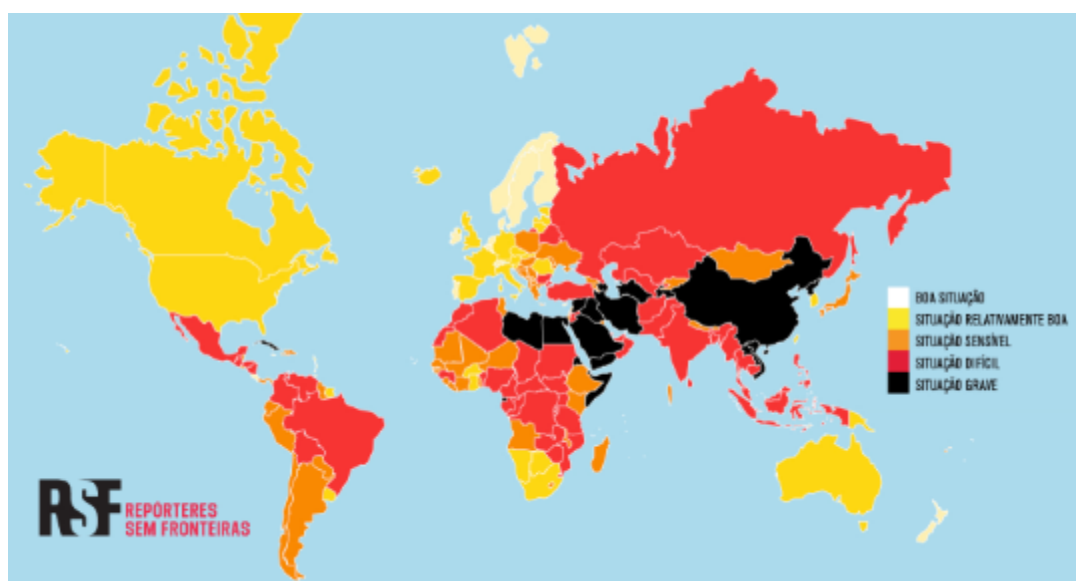
práticas antidemocráticas. Aos poucos, as pessoas vêm se dando conta da gravidade do problema. A sociedade civil vem se engajando na luta pela liberdade de comunicação e de expressão”, avalia, mais otimista. Para fazer frente ao aumento das arbitrariedades, OAB e Abraji assinaram convênio para orientação jurídica a jornalistas,

lançaram uma *cartilha sobre direitos desses profissionais* e organizaram seminários e mesas de discussão sobre o tema. Em breve, pretendem criar um prêmio que reconheça boas práticas sobre liberdade de expressão.

Não é nada confortável a situação do Brasil na vitrine internacional da liberdade de expressão. O país ocupa a 94ª posição entre 161 países no *Relatório Global 2020*, produzido pela Artigo 19. O maior país da região fica no mesmo patamar de nações com liberdades restritas. Em uma década, foi a maior queda de pontuação no estudo. No *ranking dos Repórteres Sem Fronteiras*, o Brasil está no 111º lugar, pior classificação desde o início do acompanhamento em 2013. Parte considerável deste resultado está atrelada à chegada de Jair Bolsonaro ao Palácio do Planalto. Em julho do ano passado, o presidente da República passou a figurar entre os *predadores mundiais da liberdade de imprensa*. A lista dos Repórteres Sem Fronteiras tem 37 chefes de Estado e de governo que sistematicamente reprimem, censuram, prendem jornalistas e incitam a violência contra eles.

Em julho de 2021, um *levantamento de 13 organizações latino-americanas* mostrou que os alertas contra violações à liberdade de imprensa, à liberdade de expressão e ao acesso à informação cresceram 222% no Brasil de 2019 para 2020.

Uma das formas mais utilizadas para chamar a atenção da sociedade é o lançamento de relatórios que reúnem e sistematizam os casos de agressão. Entidades de classe como FENAJ, Abert e Abraji, e organizações não-governamentais, como Artigo 19 e Repórteres Sem Fronteiras, produzem esses informes com frequência, adotando metodologias de trabalho distintas. Segundo a jornalista e pesquisadora Bia Barbosa, este é um processo fundamental para atualizar a população e mostrar como o jornalismo exerce um papel essencial nas sociedades democráticas.



O jornalismo é um bem público

Organismos internacionais também estão preocupados com o aumento da temperatura política que acirra a perseguição a jornalistas em diferentes geografias. O *Relatório Global da Unesco 2021/2022* sobre tendências mundiais para liberdade de expressão e desenvolvimento da comunicação enumera três desafios para garantir o direito de acesso à informação: proteger jornalistas, defender as liberdades de imprensa e de informação no meio digital, e assegurar a independência econômica dos meios de comunicação.

De 2016 a 2020, cerca de 400 profissionais foram mortos no mundo por causa do seu trabalho ou enquanto exerciam sua profissão.



A Unesco estima que 85% da população mundial tem experimentado algum declínio na liberdade de imprensa no seu país. Este retrocesso está diretamente ligado ao aumento de ataques aos jornalistas e às organizações de notícia. Segundo o Observatório de Jornalistas Assassinados da Unesco, de 2016 a 2020, cerca de 400 profissionais foram mortos por causa do seu trabalho ou enquanto exerciam sua profissão. Embora os assassinatos tenham diminuído nos últimos cinco anos, prisões e detenções atingiram um nível recorde. Não bastasse a insegurança, há também a impunidade diante da perseguição: nos últimos 15 anos, 87% dos homicídios continuam por resolver ou a serem denunciados às autoridades.

O segundo desafio apontado pela Unesco acompanha as evoluções tecnológicas e culturais. O relatório aponta que governos de todo o mundo tentam interromper o acesso a informações ou mesmo silenciar pessoas na internet. Nos últimos cinco anos, duplicaram os pedidos de autoridades políticas para remoção de conteúdo das principais plataformas digitais. Há também casos de mandados judiciais para interromper provedores de serviço e tramitam nos parlamentos diversos projetos de lei que tentam cercear as vozes em sites e redes sociais. Como defender a liberdade de expressão e o direito à informação e ainda contribuir para estabelecer regras de regulação na internet? Transparência algorítmica, combate a discursos de ódio e enfrentamento à desinformação são tarefas inadiáveis, menciona o relatório.

No documento, a Unesco considera o jornalismo como um bem público, capaz de atuar de forma decisiva e positiva. Para isso, é fundamental que os meios de comunicação tenham independência editorial, o que só é possível se houver também autonomia financeira. A organização reconhece que a pandemia da Covid-19 acelerou o declínio da crise econômica no setor. Daí ser fundamental encontrar saídas para empresas, coletivos e jornalistas. “Sem viabilidade, a liberdade de imprensa é oca, a independência pode ser facilmente comprometida e o pluralismo torna-se uma sombra do que deveria ser”, adverte a organização.

3

Como a violência contra jornalistas atinge você



Repórteres Sem Fronteiras lista 37 chefes de Estado e de governo, que sistematicamente reprimem, censuram, prendem jornalistas e incitam a violência contra eles.

“Mas a gente sabe que isso não basta. É preciso também responsabilizar aqueles que agredem, intimidam, censuram e cerceiam a liberdade de imprensa e de expressão no país. Temos que garantir também que o Ministério Público possa fazer seus inquéritos e que a Polícia investigue as ameaças”, adiciona.

Para desinflamar a atmosfera, reduzir pressões sobre o jornalismo e ampliar o acesso da sociedade às informações, Bia Barbosa aponta outras duas necessidades: adotar uma lógica de prevenção à violência e instituir políticas públicas de proteção para jornalistas e comunicadores. Ela frisa que padrões internacionais mostram o quanto o discurso das autoridades é fundamental para construir um ambiente de valorização e reconhecimento do trabalho da imprensa.

No Brasil, acontece justamente o contrário, reforça a pesquisadora. Relatorias de liberdade de expressão de órgãos como a ONU e a Organização dos Estados Americanos (OEA) já se pronunciaram que, em países sistematicamente violentos, o Estado tem o dever de desenvolver formas institucionais de proteção. “Não é proteção como a de testemunhas, em que você tira a

pessoa de circulação para garantir sua integridade física. No caso dos jornalistas e comunicadores, o Estado precisa assegurar que continuem trabalhando, produzindo informação, exercendo suas atividades”, explica, mostrando a complexidade do caso.

Os desafios são imensos para organizações de notícia, profissionais da área, governos e sociedade. Denunciar os ataques é importante, mas prevenir a violência também. Quando não se consegue evitar agressões, é necessário reforçar a proteção. E nos casos de violação, responsabilizar os agressores.

VIOLÊNCIA AJUDA A DESINFORMAÇÃO

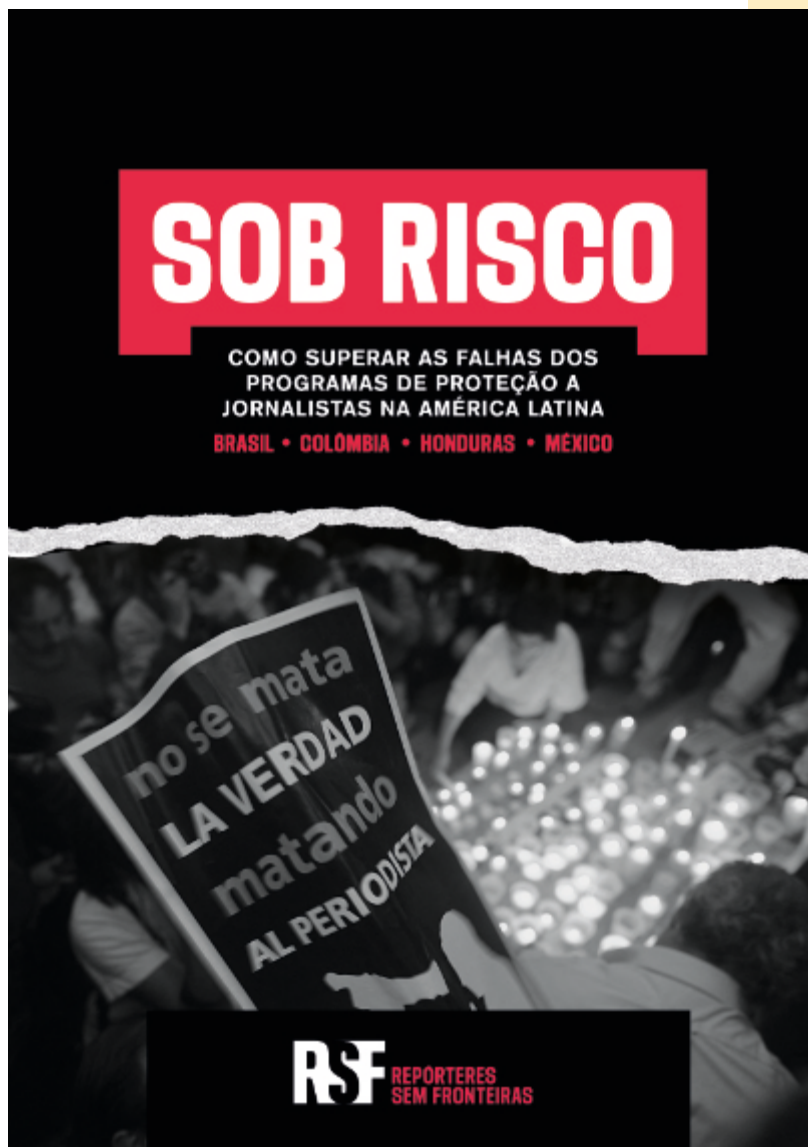
O clima hostil para o jornalismo torna dramática a situação para os profissionais do setor. O coordenador para Segurança e Proteção dos Jornalistas da Artigo 19, Thiago Firbida, ainda alimenta esperanças de que a violência diminua. Entretanto, os dados colhidos em escala global por sua organização não são animadores. Nos últimos dois anos, o Brasil foi o país no mundo que teve a sua estrutura de liberdade de expressão mais for-

Estudo aponta falhas na proteção

A ONG Repórteres Sem Fronteiras lançou recentemente *um estudo* em que compara os programas de proteção de jornalistas no Brasil, México, Honduras e Colômbia. “Sob Risco” identifica falhas estruturais nessas políticas públicas, e recomenda ações para superar esses limites.

A jornalista e pesquisadora de liberdade de expressão Bia Barbosa coordenou a investigação e destaca três aspectos do documento:

- ♦ *“Muitas vezes, os países criam políticas de proteção achando que o problema da violência contra comunicadores estará resolvido. É necessário, entretanto, que a engrenagem do Estado funcione de maneira bem coordenada para que os ataques deixem de acontecer ou seus perpetradores sejam responsabilizados. Não se pode descuidar de outros vetores e fatores que influenciam nesse ambiente de violência. No estudo, me surpreendeu um pouco a falta de articulação institucional dessas políticas na maior parte dos países”.*
- ♦ *“Alguns desses programas pouco consideram as especificidades da atividade jornalística. Isso porque foram criados para proteger defensores de direitos humanos. Jornalista também é, mas o seu exercício profissional tem características próprias, que vão do local às condições de trabalho. Se o repórter estiver com escolta, por exemplo, o sigilo prometido à fonte pode ser prejudicado. Há especificidades da reportagem no meio digital e há preocupações também com as profissionais mulheres que não são consideradas de maneira nenhuma pela absoluta maioria dos programas de proteção”.*
- ♦ *“Nos países pesquisados, há um discurso favorável à proteção do jornalismo, o que não é o caso do Brasil. Mas muito raramente isso se transforma em prática por meio da concessão de orçamentos suficientes, permanentes e robustos para que as medidas possam ser implementadas. São muito limitados os recursos e as equipes de análise de risco e monitoramento dos planos de proteção. A exceção é a Colômbia, que dispõe de verba muito grande para a Unidade Nacional de Proteção, que protege não só jornalistas mas outros quinze públicos-alvo”.*



3

Como a violência contra jornalistas atinge você

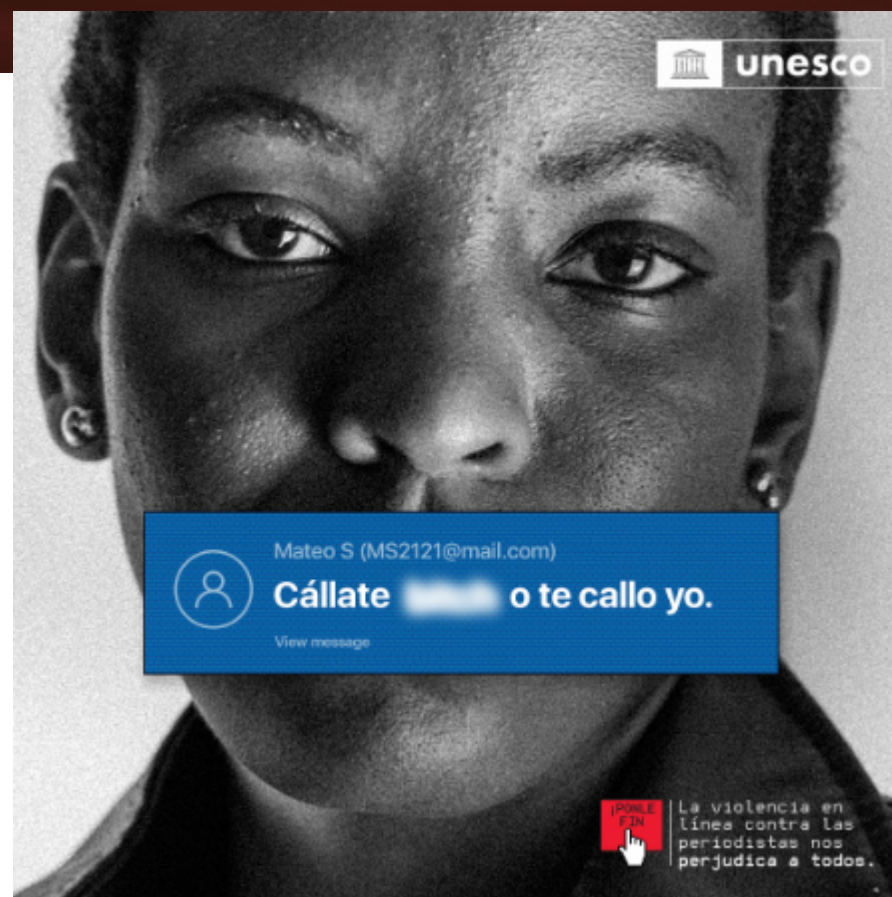
temente deteriorada. Existem nações com situações muito precárias, reconhece, mas proporcionalmente à posição em que estava, o Brasil teve a maior queda nos índices de liberdade de expressão, levando-se em conta 25 indicadores em 165 países.

Para comparar as diferentes realidades, são levados em consideração aspectos como segu-

rança dos comunicadores, liberdade de expressão em meio digital, liberdade para a sociedade se organizar no espaço cívico, transparência de dados e acesso às informações públicas, entre outros. “Sempre tivemos problemas sérios de liberdade de expressão, principalmente quanto à violência. Nos governos democráticos, houve avanços na transparência, por exemplo, com a criação da LAI, o Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados. Mas esta evolução parou e, nos últimos dois anos, houve graves retrocessos”, pondera.

Thiago Firbida cita ainda o aumento vertiginoso de processos na justiça contra jornalistas, de modo a intimidar os profissionais e comprometer economicamente pequenos e médios veículos de comunicação. Em casos mais contundentes, essas organizações de notícia ficam inviabilizadas diante da pressão dos tribunais. Discursos agressivos de autoridades políticas para desacreditar a imprensa alimentam a atmosfera de hostilidade e incentivam o assédio judicial. No contexto geral, o ar fica irrespirável para os jornalistas brasileiros.

Quando não se consegue evitar as agressões, é necessário reforçar a proteção



Com larga experiência no acompanhamento do tema e em condições de comparar realidades distintas, Thiago Firbida não hesita em enxergar no governo de Jair Bolsonaro a piora da situação. “O atual governo tem um projeto sistemático de desestruturação da liberdade de expressão. Nunca antes tivemos uma ação coordenada das mais altas autoridades para atacar a imprensa. A chegada de Bolsonaro à presidência representa uma mudança quantitativa e qualitativa na violência contra jornalistas”, enfatiza.

Como 2022 é um ano de eleições, o maior receio está justamente nos próximos meses, aponta o especialista que se acostumou a relacionar períodos eleitorais ao aumento da violência contra jornalistas. “As próximas eleições serão diferentes. Dependendo dos resultados, os

Attaquer une femme journaliste,
c'est attaquer notre droit de savoir.



Nesta página e na anterior, materiais de divulgação distribuídos pela Unesco, em 2021, como parte de uma campanha contra os ataques *online* que jornalistas mulheres vinham sofrendo. “Atacar uma mulher jornalista é atacar nosso direito de saber”, diz o post em francês. Em espanhol, uma mensagem ameaça: “Cala a boca, ou eu te calo”.

ataques podem piorar a níveis que a gente nem consegue prever. Pensar na proteção dos jornalistas é ainda mais importante e pode ter um impacto maior para a democracia do que em outros tempos”, conclui Fribida.

As variadas formas de intimidação ao jornalismo afetam direitos humanos e contribuem para outro grave problema social, a desinformação. Ao enfraquecer os meios de comunicação, os poderosos atingem em cheio a dieta informativa da população, que tem aces-

so a dados incompletos, descontextualizados, desatualizados ou simplesmente fabricados artificialmente por estruturas paralelas. É a velha manipulação das informações para distorcer os fatos e moldar a realidade conforme a conveniência dos dominadores. A violência contra os jornalistas não é uma preocupação apenas da categoria profissional porque ela resulta em violações de direitos e alimenta as máquinas de desinformação e mentiras.

4 Para deter as agressões, a bem da sociedade

Samuel Pantoja Lima*

* Presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJOR) e professor da Universidade Federal de Santa Catarina.



Band Amazonas/FENAJ

Manaus, 7 de setembro de 2021. Os jornalistas Luiz Henrique Almeida e Lázaro dos Santos Wanderley Filho, respectivamente repórter e repórter cinematográfico da Band Amazonas, foram agredidos por apoiadores do presidente Jair Bolsonaro, durante manifestação pública realizada na praia de Ponta Negra, na capital amazonense. As agressões começaram com xingamentos, passando a arremesso de latas de cervejas nos jornalistas e golpes com o mastro de uma bandeira. A ação foi presenciada por membros da Polícia Militar do Amazonas que não intercederam para fazer cessar as agressões.

A cena acima está registrada no relatório **Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil**, da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), lançado em 27 de janeiro de 2022, com dados que consolidam uma escalada que, não obstante a dificuldade de obtenção do registro das ocorrências, já ultrapassa as quatro centenas de casos de violência das mais diversas espécies. É um quadro de violência cada vez mais acentuado, notadamente nos últimos cinco anos. Uma questão: o que fazer para estancar essa espiral de violência que

atinge as liberdades de imprensa, de expressão e os profissionais envolvidos tanto no *mainstream* como no jornalismo independente?

A complexidade do problema exige uma solução igualmente complexa. A verdade é que essa realidade não é necessariamente nova; apenas ganhou escala nos últimos cinco anos. Em 2017, tivemos 99 casos registrados; já em 2021 foram 232, número quase 2,4 vezes maior. O relatório **Sob Risco**, da ONG Repórteres Sem Fronteiras, dá uma pista sobre a dimensão: “apesar de já enfrentar um contexto de violência contra comunicadores, quando o Estado brasileiro lançou o Programa de Proteção a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos (PPDDH), em 2004, com base na resolução 14 do então Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, a população jornalística não recebeu atenção especial”.

Para a deputada federal Érika Kokay (PT/DF), vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, no atual cenário, “é muito importante que nós tenhamos uma concepção que há uma corrosão do Estado no que diz respeito à sua lógica de proteção social, à sua lógica de favorecimento da dignidade humana e uma tentativa de naturalizar os ataques às liberdades de imprensa e de expressão”.

Kokay acrescenta que “estamos vivenciando um retrocesso muito profundo, construído nas entranhas do próprio Estado e da sociedade. Nesse sentido, a Comissão não apenas combate as violações ou as expressões dessa violência contra a liberdade de imprensa e a liberdade de expressão, como também através do Observatório [Parlamentar da Revisão Periódica Universal da ONU] que elaborou o mais profundo diagnóstico, penso eu, sobre o conjunto de **242 recomendações**”.

Na visão de Ricardo Pedreira, diretor executivo da Associação Nacional dos Jornais (ANJ), ante a escalada da

violência, “as empresas de jornalismo devem tomar todos os cuidados para preservar a integridade física de seus profissionais. Mesmo buscando sempre cumprir sua missão de informar a população sobre tudo o que lhe é de interesse, as empresas devem avaliar, em cada caso, a conveniência de enviar seus profissionais a áreas ou situações de risco”.

Indagado sobre o que as organizações empresariais têm feito para proteger a integridade física e a saúde de seus profissionais, Pedreira resumiu: “A ANJ orienta seus associados a tomarem todos os cuidados para proteger seus profissionais. Ao mesmo tempo, a associação está em permanente vigilância frente aos atos de violência contra jornalistas, protestando e cobrando providências das autoridades”. Lembrando episódios recorrentes de violência contra jornalistas, o dirigente observou: “Nas grandes manifestações públicas ocorridas no Brasil nos últimos anos, por exemplo, a ANJ participou de iniciativas junto ao Ministério da Justiça com vistas a orientar as polícias militares a se comportarem de modo a proteger os jornalistas das violências cometidas por manifestantes, assim como a evitar que os integrantes das corporações militares usassem da violência contra jornalistas”.

O ponto de vista da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) converge em relação à necessidade da adoção de medidas protetivas aos jornalistas no exercício da profissão. Katia Brembatti, vice-presidente da Abraji, relata uma iniciativa direta da entidade junto às plataformas digitais: “além do monitoramento dos casos, temos em paralelo estabelecido

conversas com as plataformas no sentido de criar canais que pudessem buscar uma forma de conter essa enxurrada [de violência]. Temos conversas frequentes com o Twitter. Se a gente os marca [nos casos de agressão que ocorrem na plataforma] pelo perfil da Abraji, eles tendem a atender mais rapidamente”.

PROTOCOLO NACIONAL DE SEGURANÇA

Desde 2019, a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) tem se empenhado em debater publicamente com entidades empresariais e órgãos federais, como o Ministério da Justiça, a questão da segurança dos jornalistas. Às empresas de comunicação tem sido proposta, anualmente, a adoção de um documento chamado Protocolo Nacional de Segurança e Melhoria das Condições de Trabalho dos Jornalistas. Com o Ministério da Justiça



Fonte: Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil, Relatório 2021. FENAJ.

4

Para deter as agressões, a bem da sociedade

Como princípio básico e geral, um profissional de jornalismo tem o direito de declinar determinada cobertura jornalística que considere perigosa para sua integridade física

foi iniciada a discussão de um protocolo de proteção, mas nenhum avanço concreto foi registrado nas reuniões e, enquanto isso, o problema se agrava ano após ano.

Na percepção da deputada Érika Kokay, “um protocolo é absolutamente fundamental para que você possa estabelecer parâmetros de proteção não só ao exercício individual dos profissionais de imprensa, mas também à liberdade de expressão e à liberdade de imprensa para o diálogo com o conjunto da sociedade. Tão logo seja retomado o funcionamento das Comissões, cabe uma audiência pública com a proposta da FENAJ sobre os protocolos para construir leis que estabeleçam limites aos ataques que profissionais de imprensa têm sofrido”. A parlamentar reforça uma saída via Congresso Nacional: “cabe uma proposição legislativa com os princípios do Protocolo e, ao mesmo tempo, com os princípios do que significa a liberdade de imprensa. O que acontece é que não dá mais para ficar do jeito que está. Não dá mais para que você tenha esse nível de ataque, esse nível de ataque verbal, esse nível de açoite, porque a verdade está no pelourinho neste governo”.

Mesmo ressalvando que a ANJ não é uma entidade sindical, Pedreira, diretor executivo da associação, registra que ela entende que “cada empresa, no âmbito de sua cidade e região, deve ter a independência para definir as medidas protetivas de seus profissionais. Como princípio básico e geral, um profissional de jornalismo tem o direito de declinar determinada cobertura jornalística que considere perigosa para sua integridade física, e que no caso de cobertura com potenci-

al de risco de violência, a empresa deve fornecer equipamentos e as instruções necessárias para a proteção de seus profissionais”. Pedreira dá como exemplo a suspensão da cobertura no chamado “cercadinho do Alvorada”, quando empresas jornalísticas retiraram profissionais que cobriam a entrada do Palácio e sofriam ameaças verbais e físicas por manifestantes favoráveis ao governo de Jair Bolsonaro.

A jornalista Katia Brembatti registra que a “Abraji é a favor de protocolos de segurança, tendo em vista que a situação dos ânimos acirrados leva a um descontrole dos praticantes dessas agressões e pensando que este é um ano eleitoral, difícil para a cobertura jornalística”.

FEDERALIZAÇÃO DOS CRIMES

Numa outra perspectiva atua o deputado federal Vicentinho (PT/SP), responsável pelo *Projeto de Lei 191/15*, que “autoriza a Polícia Federal (PF) a participar de investigação de crimes contra a atividade jornalística e contra autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário quando houver omissão ou ineficiência das esferas competentes nos estados e municípios após 90 dias de investigações”. O parlamentar explica: “a proposta aumenta as ferramentas disponíveis à Justiça na consecução da total eficiência da investigação policial, que, por vezes, é posta à prova pela suspeita de influências escusas nos diversos processos regionais espalhados pelo país. Como ator isolado no plano federal, a Polícia Federal é opção de grande valia em investigações estaduais e municipais que venham a se apresentar omissas ou ineficientes”. O PL 191/15 está sendo analisado em “caráter conclusivo”, o que significa que irá passar tão somente pelas Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, e de Constituição e Justiça e de Cidadania, sem ir ao plenário. ■

Protocolo da FENAJ prevê a adoção de medidas protetivas

“O aumento dos crimes e a crescente violência contra jornalistas em todo território nacional” é a justificativa da FENAJ para propor às empresas jornalísticas a implementação de um Protocolo Nacional de Segurança e Melhoria das Condições de Trabalho dos Jornalistas. A federação dos trabalhadores chama as empresas empregadoras e suas entidades representativas a assumir o compromisso de “construir uma cultura de segurança e a implementar as seguintes práticas”:

“a) Criação, nos locais de trabalho, de Comissão de Segurança para avaliação dos possíveis riscos de violência nas coberturas jornalísticas e definição de medidas mitigatórias desses riscos.

b) As empresas garantirão aos seus jornalistas seguro de vida especial quando em viagem e/ou em trabalho caracterizado pela Comissão de Segurança como sendo de risco.

c) As empresas garantirão aos seus jornalistas equipamentos de segurança de eficácia garantida por órgãos de certificação e também suporte operacional, de acordo com as orientações das Comissões de Segurança.

d) A FENAJ, ABERT, ANER e ANJ promoverão cursos de treinamentos para os jornalistas a partir de demandas das Comissões de Segurança.

e) As organizações signatárias deste Protocolo apoiam a criação de uma lei que federalize as investigações de crimes contra jornalistas.

f) As organizações signatárias deste Protocolo apoiam a criação de um Observatório Nacional de Crimes Contra Jornalistas, de caráter público com a participação dos diversos segmentos e do governo brasileiro.”



Engin Akyurt/pixabay.com

4

Para deter as agressões, a bem da sociedade

ENTREVISTA
ENCERRADA!



RECOMENDAÇÕES

Com base nas entrevistas realizadas para este dossiê, além de relatórios e outros documentos, resumimos aqui algumas propostas para mitigar o problema da violência contra jornalistas no Brasil.

Congresso Nacional

- ✓ Agilizar na Câmara dos Deputados a tramitação do Projeto de Lei 191/15, “que autoriza a Polícia Federal (PF) a participar de investigação de crimes contra a atividade jornalística”. O PL está em tramitação de “caráter conclusivo”, o que torna mais célere sua aprovação.
- ✓ Ainda na Câmara Federal, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias deve promover audiências públicas para discutir o protocolo de segurança proposto pela FENAJ, além de outras medidas semelhantes.
- ✓ A Câmara pode aumentar a participação social no Observatório Parlamentar da Revisão Periódica Universal da ONU, permitindo a atuação de trabalhadores, empresários e outros atores. O Observatório pode ajudar a elaborar diagnósticos mais fecundos e verticais sobre os direitos humanos e a violência contra a imprensa e os jornalistas.
- ✓ O Senado Federal pode promover audiências públicas para amplificar o



Congresso Nacional

pixabay.com

debate sobre a necessidade de combater as agressões aos jornalistas, e estudar com a Câmara dos Deputados caminhos legislativos que possam aumentar a salvaguarda desses profissionais, inclusive na forma de leis ordinárias ou ainda propostas de emenda constitucional.

- ✓ Senadores sensíveis ao tema podem compor uma bancada pluripartidária em defesa dos direitos humanos, dos jornalistas e comunicadores.
- ✓ Senado e Câmara podem produzir, lançar e distribuir publicações de alerta e esclarecimento da situação, contribuindo para a popularização do tema e o aperfeiçoamento do debate.

Governo Federal

- ✓ Autoridades federais devem seguir as recomendações do Alto Comissariado da Organização das Nações Unidas (ONU) para a área de direitos humanos e atuar para o cumprimento da Constituição Federal no que diz respeito à liberdade de imprensa e à liberdade de expressão dos jornalistas e da sociedade.
- ✓ O Gabinete de Segurança Institucional e a Casa Civil devem dialogar com as organizações das empresas noticiosas e dos profissionais jornalistas para buscar condições dignas e seguras para a



Palácio do Planalto

José Cruz/Ag. Brasil



Supremo Tribunal Federal

Fábio R. Pozzebom/Ag. Brasil.

cobertura jornalística nas dependências dos palácios do Planalto e Alvorada.

- ✓ O Governo Federal deve elaborar um protocolo interno de relacionamento com a imprensa e jornalistas, de modo a orientar os funcionários dos ministérios, secretarias e demais órgãos a tratar respeitosamente os jornalistas.
- ✓ Ministério da Justiça e Segurança Pública deve instituir o Observatório da Violência contra Jornalistas, para monitorar os casos de ataques à categoria e acompanhar as investigações dos crimes cometidos para identificação e responsabilização dos agressores. mobilizar os órgãos competentes para coibir as agressões e responsabilizar os agressores.
- ✓ Ministério dos Direitos Humanos, da Mulher e da Família deve aperfeiçoar o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, para garantir a segurança dos que estiverem sob ameaça, inclusive com deslocamentos das vítimas e de suas famílias.

Poder Judiciário

- ✓ Atuar preventivamente para coibir as ações judiciais contra jornalistas impetradas por integrantes do Poder Judiciário e do Ministério Público.
- ✓ Agilizar processos e decisões no âmbito da justiça nas mais diversas instâncias para coibir e enfrentar a violência contra jornalistas.
- ✓ Alertar operadores do direito para a gravidade de crimes e ameaças às liberdades de expressão e imprensa.
- ✓ Promover campanhas educativas sobre direitos humanos.
- ✓ Atuar contrariamente às ações judiciais contra jornalistas e empresas noticiosas, que buscam a intimidação e o cerceamento da livre circulação da informação jornalística.
- ✓ Dialogar com organismos judiciários internacionais para absorver e implementar boas práticas de combate à violência contra jornalistas adotadas em outros países.

Ministério Público

- ✓ Denunciar à Justiça crimes contra a segurança dos jornalistas em seu exercício profissional.
- ✓ Propor ações civis públicas em defesa das liberdades de expressão e de imprensa.
- ✓ Promover campanhas de esclarecimento popular sobre a necessidade de garantia das liberdades de imprensa e de expressão para manutenção da democracia.
- ✓ Dialogar com entidades representativas da categoria dos jornalistas e outros segmentos da sociedade sensíveis ao tema para a busca de soluções de enfrentamento aos ataques contra jornalistas.

4

Para deter as agressões, a bem da sociedade

Empresas jornalísticas

- ✓ Adotar a recomendação da ANJ de que “empresas de jornalismo devem tomar todos os cuidados para preservar a integridade física de seus profissionais. Mesmo buscando sempre cumprir sua missão de informar a população sobre tudo o que lhe é de interesse, as empresas devem avaliar, em cada caso, a conveniência de enviar seus profissionais a áreas ou situações de risco”.
- ✓ Dialogar com a FENAJ e incentivar que seus representantes sindicais dialoguem com os sindicatos de jornalistas, por ocasião dos Acordos e Convenções Coletiva, sobre os termos do Protocolo Nacional de Segurança e Melhoria das

Condições de Trabalho, notadamente o Item 3 (Segurança dos Jornalistas).

- ✓ Abrir canais de diálogo com os poderes Legislativo e Executivo federal para assegurar condições de segurança efetiva para a cobertura jornalística nesses âmbitos.
- ✓ Fornecer equipamentos de proteção individual aos jornalistas e oferecer cursos periódicos de segurança pessoal.
- ✓ Manter equipes para as coberturas jornalísticas, evitando a atuação individual dos profissionais, e disponibilizar agentes de segurança para equipes de reportagem, quando identificada uma situação de risco.
- ✓ Oferecer assistência jurídica aos jornalistas vítimas de violência,

apoiando a formalização de denúncias, o acompanhamento das investigações e os desdobramentos das ações judiciais.

- ✓ Dar suporte psicológico aos profissionais que sofrem violências físicas, ameaças, ofensas e intimidações, incluindo as feitas *online*.
- ✓ Manter os contratos de trabalho e a renda de seus empregados que precisarem se afastar do trabalho e/ou se deslocarem, em razão de ameaças.
- ✓ Noticiar a violência contra jornalistas de modo a revelar à sociedade as agressões aos profissionais e o desrespeito ao direito à informação.
- ✓ No ambiente de trabalho, promover debates permanentes para a troca de experiências e difusão de uma cultura de segurança coletiva.



Jornalistas

- ✓ Comunicar casos de agressões ao Sindicato de Jornalistas e à Federação Nacional dos Jornalistas, de modo a contribuir para a documentação do fenômeno.
- ✓ Quando vítima de violência, comunicar imediatamente à empresa empregadora e ao Sindicato de Jornalistas.
- ✓ Solicitar assistência jurídica à empresa empregadora. Em caso de recusa da empresa ou se é um profissional sem contrato formal de trabalho, solicitar

assistência jurídica ao Sindicato dos Jornalistas de seu Estado.

- ✓ Mover ações judiciais contra agressores, preferencialmente assistido por advogados da empresa empregadora ou indicados pelo Sindicato dos Jornalistas.
- ✓ Cobrar agilidade nas investigações policiais dos crimes contra jornalistas e acompanhar o andamento dos casos junto ao Poder Judiciário, de modo a reduzir a margem de impunidade.
- ✓ Denunciar publicamente a violência contra jornalistas e organizações noticiosas.
- ✓ Denunciar aos Sindicatos de Jornalistas quando empregadores não ofertarem Equipamentos de Proteção Individual.
- ✓ Participar das reivindicações coletivas, como a criação da Comissões de Segurança e oferta de cursos de proteção pessoal.

Organizações da Sociedade Civil

- ✓ Firmar parcerias para coletar, analisar e compartilhar estudos com dados sobre a violência contra jornalistas no Brasil, contribuindo para encontrar soluções ao problema.
- ✓ Apoiar a regulação das plataformas digitais (Twitter, Facebook, WhatsApp, Telegram, Instagram), contemplando soluções efetivas para os casos de violência *online* contra jornalistas.



Arte sobre foto de Alex Ribeiro

- ✓ Garantir que profissionais estejam devidamente equipados e preparados para exercer seu ofício com segurança.
- ✓ Apoiar as denúncias de crimes contra jornalistas, cobrando investigações.
- ✓ Ajudar a denunciar casos de violação de direitos humanos e de violência contra jornalistas.
- ✓ Participar de debates públicos que difundem uma cultura de paz, de justiça social e de respeito aos direitos humanos.
- ✓ Apoiar jornalistas vítimas de violência.
- ✓ Ajudar a cobrar das autoridades policiais e judiciárias a investigação de crimes contra jornalistas e a punição dos agressores. ■



O Observatório da Ética Jornalística (objETHOS) está vinculado ao Departamento de Jornalismo e ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPG-JOR) da Universidade Federal de Santa Catarina. Surgiu em 2009, e é uma iniciativa de pesquisa, acompanhamento e monitoramento da ética praticada por jornalistas e meios de informação. A equipe é formada por pesquisadores de cinco reconhecidas universidades brasileiras (UFSC, UFF, Feevale, UFPel e UFBA), e por pesquisadores em nível de doutorado, mestrado e graduação.

O objETHOS desenvolve investigações para teses, dissertações e estudos específicos sobre ética jornalística, crítica de mídia, identidade profissional, liberdade de imprensa, riscos ao jornalismo, novos modelos de negócio e de produção jornalística, mídia independente, e novas configurações do ecossistema informativo.

É membro da Rede Nacional de Observatórios da Imprensa (Renoi), Rede Lusófona pela Qualidade da Informação (RLQI), Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas, Coalizão Direitos na Rede (CDR) e Rede Nacional de Combate à Desinformação (RNCD). Mantém parcerias e convênios de cooperação com a Red Ética Segura (Fundación Nuevo Periodismo Iberoamericano, Colômbia), Ceis20 (Universidade de Coimbra, Portugal), Universidad Autónoma de Bucaramanga (Colômbia) e Observatório da Imprensa.

Fundadores:

Francisco José Castilhos Karam
Rogério Christofoletti

Kalianny Bezerra de Medeiros

Lauriano Atílio Benazzi

Luiza Mylena Costa

Mariane Nava

Pesquisadores Responsáveis:

Rogério Christofoletti
Samuel Pantoja Lima

Natália Huf

Raphaelle Batista

Pesquisadoras Mestras:

Clarissa do Nascimento Peixoto

Denise Becker

Tânia Regina de Faveri Giusti

Pesquisadores Associados:

Alisson Coelho

Carlos Castilho

Carlos Nascimento Marciano

Janara Nicoletti

Jéferson Silveira Dantas

Juliana de Amorim Rosas

Lívia de Souza Vieira

Ricardo José Torres

Silvia Meirelles

Sylvia Moretzhon

Vanessa Pedro

Pesquisadores Mestrandos:

Cesar Valente

João Paulo Mallmann

João Victor Gobbi Cassol

Vanessa da Rocha

Vinícius Augusto Bressan Ferreira

Vitória Peraça Ferreira

Bolsista de Iniciação Científica:

Juliana Naime Ferrari

Pesquisadores Doutorandos:

Dairan Mathias Paul

Juliana Freire Bezerra

Observatório da Ética Jornalística – objETHOS

Site: www.objethos.wordpress.com / Twitter: [@objethos](https://twitter.com/objethos)

Facebook: [@objethos](https://www.facebook.com/objethos) / Instagram: [@objethos_ufsc](https://www.instagram.com/objethos_ufsc)

Youtube: [@objethos](https://www.youtube.com/objethos) / Newsletter: objethos.substack.com

E-mail: objethos@gmail.com



DIRETORIA-EXECUTIVA

Presidenta: Maria José Braga – Goiás

1º Vice-Presidente: Paulo Zocchi – São Paulo

2º Vice-Presidente: Samira de Castro – Ceará

Secretária Geral: Beth Costa – Rio de Janeiro

1º Secretária: Alessandra Mello – Minas Gerais

1º Tesoureiro: Antônio Paulo Santos – Amazonas

2º Tesoureira: Valci Zuculoto – Santa Catarina

Suplente: Valdice Gomes da Silva – Alagoas

VICES-PRESIDÊNCIAS REGIONAIS

Vice Regional Centro-Oeste:

Gésio Passos – Distrito Federal

Vice Regional Sul:

José Nunes – Rio Grande do Sul

Vice Regional Sudeste:

Márcia Quintanilha – São Paulo

Vice Regional Nordeste I:

Lúcia Figueiredo – Paraíba

Vice Regional Nordeste II:

Edmilson Brito – Sergipe

Vice Regional Norte I:

Wilson Reis – Amazonas

Vice Regional Norte II:

Denise Quintas – Amapá

DEPARTAMENTOS

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL

Adriana Cruz – Roraima

Cármem Pereira – Rio de Janeiro

Elias Serejo – Pará

DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Guto Camargo – São Paulo

Paulo Souza – Sergipe

Sérgio Murillo de Andrade – Santa Catarina

DEPARTAMENTO DE MOBILIZAÇÃO, NEGOCIAÇÃO SALARIAL E DIREITO AUTORAL

Gustavo Vidal – Paraná

Rafael Mesquita – Ceará

DEPARTAMENTO DE CULTURA E EVENTOS

Luiz Carlos de Oliveira – Piauí

Márcio Garoni – São Paulo

Marjorie Moura – Bahia

DEPARTAMENTO DE MOBILIZAÇÃO EM ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Douglas Dantas – Espírito Santo

Leonor Costa – Distrito Federal

Rose Dayanne – Tocantins

DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Ayoub Hanna Ayoub – Londrina

Celso Augusto Schröder – Rio Grande do Sul

Suzana Tatagiba – Espírito Santo

DEPARTAMENTO DE MOBILIZAÇÃO DOS JORNALISTAS DE PRODUÇÃO E IMAGEM

Evilázio Bezerra – Ceará

Luiz Spada – Goiás

Victor de Farias – Acre

DEPARTAMENTO DE SAÚDE, PREVIDÊNCIA E SEGURANÇA

Ana Paula Costa – Rio Grande do Norte

Felipe Gillet – Pará

NorianSegatto – São Paulo

CONSELHO FISCAL

Luila de Paula – Alagoas

Marcelo Freire – Rondônia

Milton Simas – Rio Grande do Sul

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA

Claudia de Abreu – Rio de Janeiro

Kardé Mourão – Bahia

Osnaldo Moraes – Pernambuco

Pinheiro Sales – Goiás

Salomão de Castro – Ceará

Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ

SCLRN 704 – Bloco F, Loja 20

70.730-536 Brasília-DF

E-mail: fenaj@fenaj.org.br

Site: www.fenaj.org.br

FENAJ
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

 **objETHOS**
observatório da ética jornalística

ISBN 978-85-8328-089-7